

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - PUC - SP
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA RELIGIÃO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIA DA RELIGIÃO

MOISÉS DE CARVALHO MARTINS

PENTECOSTALISMO NA PERSPECTIVA DE UMA TEOLOGIA DO
COMPROMISSO SOCIAL: (IM) POSSIBILIDADES

SÃO PAULO

2018

MOISÉS DE CARVALHO MARTINS

**PENTECOSTALISMO NA PERSPECTIVA DE UMA TEOLOGIA DO
COMPROMISSO SOCIAL: (IM) POSSIBILIDADES**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Ciência da Religião do Departamento de Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Religião sob a orientação do Professor Doutor Edin Sued Abumanssur.

SÃO PAULO
2018

**PENTECOSTALISMO NA PERSPECTIVA DE UMA TEOLOGIA DO
COMPROMISSO SOCIAL: (IM) POSSIBILIDADES**

Dissertação de Mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação – Mestrado em Ciência da Religião do Departamento de Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do Título de MESTRE em Ciência da Religião submetida à Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Professor orientador

Membro da banca

Membros da banca

Data da defesa _____ / _____ / _____

Nota da defesa _____

SÃO PAULO
2018

O presente trabalho foi realizado com o apoio da *Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES)* – código de financiamento 88887.149939/2007/00.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Jesus Cristo, minha inspiração para uma vida que busca a paz, a ética, a esperança e a fraternidade. Essa inspiração me deu forças para cursar o mestrado na PUC-SP, o que era um sonho um pouco distante. Mas consegui e sou grato.

Agradeço ao meu orientador, Doutor Edin Sued Abumanssur, pela disponibilidade, amizade e estímulo intelectual preciso e criativo. O meu mais elevado apreço pela competência e paciência nas orientações prestadas.

Agradeço à minha família, meus pai Miguel Martins e minha mãe Clarice Martins, pelas palavras de apoio constante. À minha querida esposa Wani Martins, amiga de todas as horas e incentivadora incondicional, por seu amor cheio de evidências práticas.

Agradeço aos meus alunos de todos os seminários onde leciono, por todas as palavras de incentivo. Aos amigos sempre prontos para elogiar o esforço e a determinação de prosseguir. Aos professores do Departamento de Ciência da Religião da PUC-SP, que superam as expectativas, com aulas lúcidas e críticas, à Assistente de Coordenação, Andréia Bisuli de Souza e aos meus colegas de classe, inesquecíveis.

Muito obrigado a todos.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, *in memoriam*, aos meus avós Jorge Martins, Sebastiana Martins, Antonio Carvalho e Deolinda Carvalho. Meu amor por eles nunca cessará. Pois me influenciaram a buscar e viver as virtudes. Obrigado, meus queridos.

RESUMO

A presente dissertação visa propor uma reflexão sobre o pentecostalismo no Brasil contemporâneo e seus desdobramentos no contexto de uma teologia pública, ou seja, uma teologia com possibilidades de ação transformadora no espaço social em que ela se insere. O ponto de partida da pesquisa foi um balanço sintético da história do pentecostalismo, situando alguns marcos teóricos que fornecem sentido de compreensão a essa história. Para em seguida analisar os elementos que formam a natureza de uma teologia pública e sua importância para construir, dentro da religião, um cenário propiciador de diálogo e tolerância em meio aos espaços pluralistas da ordem social. Na parte final da pesquisa, são fornecidos dois horizontes, onde o pentecostalismo se articula com o universo da teologia pública progressista, aberta ao diálogo religioso e aos temas de uma agenda comum com o intuito de democratizar as relações humanas, discutindo com as ciências sociais, os rumos para uma sociedade com justiça, paz e liberdade. O horizonte da ação ecumênica no debate católico-pentecostal e o horizonte da produção teórica da Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais. Concluindo pela existência de indícios claros de um pentecostalismo sensível aos processos de uma teologia de transformação social. Uma teologia pública.

Palavras-chaves: Pentecostalismo; teologia pública; transformação social; diálogo religioso; debate católico-pentecostal.

RÉSUMÉ

Cette dissertation propose une réflexion sur le pentecostalisme au Brésil contemporaine et son dédoublement dans le contexte d'une théologie publique ou une théologie ayant la possibilité d'action transformatrice dans l'espace social sur lequel il se trouve. Le point de départ de la recherche a été un bilan synthétique de l'histoire du pentecostalisme en situant quelques Marques théoriques qui fournissent le sens de compréhension à cette histoire. Pour ensuite analyser les éléments qui forment la nature d'une théologie publique et son importance pour construire dans la religion un scénario propiciateur d'un dialogue et tolérance au milieu des multiples espaces de l'ordre social. Le pentecostalisme s'articule avec l'Univers de la théologie publique progressiste, ouverte au dialogue religieux et aux thèmes d'un agenda commun dont l'intention est de démocratiser les relations humaines en discussion avec les sciences sociales vers une société de justice, de paix et de liberté. L'horizon de la production théorique dans le débat catholique est l'horizon de la production théorique du réseau latino-américain des Eudes pentecostaux. Et comme conclusion, par l'existence des Claires indices d'un pentecostalisme sensible au processus d'une théologie de transformation sociale. Une théologie publique.

Mots clés: Pentecostalisme; Théologie publique; transformation sociale; dialogue religieux; Débat catholique-pentecôtiste.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	I
DEDICATÓRIA	III
RESUMO.....	IV
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I.....	13
A DINÂMICA TEÓRICO-HISTÓRICA DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL.....	13
1. Origem histórica do Pentecostalismo.....	13
2. Origens históricas do pentecostalismo no Brasil e seu desenvolvimento	22
3. Pentecostalismo clássico: liturgia e teologia.....	33
3.1. A teologia pentecostal: fundamentalismo, moralismo e avivalismo	38
CAPÍTULO II	43
FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DE UMA TEOLOGIA DE COMPROMISSO SOCIAL: A RELIGIÃO COMO FORÇA DE TRANSFORMAÇÃO	43
1. Origem histórica da teologia pública	43
1.1. Perspectivas das teologias públicas na sociedade contemporânea	47
1.2. Teologia pública e teologia da libertação	49
1.3. Desafios de uma teologia de transformação social	52
1.4. O papel da práxis na teologia.....	54
CAPÍTULO III.....	58
PENTECOSTALISMO NO ESPAÇO PÚBLICO: EXPRESSÕES DE UMA TEOLOGIA DO COMPROMISSO SOCIAL.....	58
1. Pentecostalismo: potencial do compromisso teológico-social	58
2. Diálogo católico-pentecostal: Uma possibilidade ecumênica no horizonte do pentecostalismo.....	60
3. A Rede Latino-Americana de Estudos Pentecostais: pentecostalismo em debate.	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	76

É fácil identificar, isolar e estudar a religião como o comportamento exótico de grupos sociais restritos e distantes. Mas é necessário reconhecê-la como presença invisível, sutil, disfarçada, que se constitui num dos fios com que se tece o acontecer no nosso cotidiano. A religião está mais próxima de nossa experiência pessoal do que desejamos admitir. O estudo da religião, portanto, longe de ser uma janela que se abre apenas para panorama externos, é como um espelho em que nos vemos. Aqui a ciência da religião é também ciência de nós mesmos [...] (ALVES, 2002, p.13).

INTRODUÇÃO

A presença pentecostal no Brasil contemporâneo é um fato decisivo no cenário religioso brasileiro. Essa presença requer uma análise do seu significado enquanto tal e a importância e dinâmica de sua inserção histórica.

O Pentecostalismo é uma força de pensamento que interfere de forma significativa na vida de milhões de brasileiros, que refletem em seu cotidiano, aspectos de compreensão ética, oriundos dessa cosmovisão.

No contexto do pluralismo religioso e cultural brasileiro, o pentecostalismo revela mais essencialmente uma postura pouco ou nada afeita ao diálogo com outras correntes de definição de fé. No entanto, em alguns contextos, tanto acadêmico como de expressão eclesial, surge um viés de postura pentecostal com níveis razoáveis de abertura para uma experiência de fé mais apta a convivência com a diversidade. Propiciando melhor pensar os problemas sociais como um todo. Alguns desdobramentos de teologia pública, tem sinalizado presença no corpo teórico do pentecostalismo, impulsionando possibilidades de uma práxis da fé mais contextualizada a realidade.

A teologia pública, que é uma teologia do compromisso social, é uma variante da teologia clássica, que remete o pensamento da fé para uma responsabilidade intelectual de pensar a condição humana em seus múltiplos aspectos, sejam eles culturais, políticos e também espirituais. É uma forma de compreender a espiritualidade como fonte de consciência. Para propor uma ação de fé, que contemple o humano no sentido mais abrangente de suas relações sociais e descortine possibilidades de uma construção de cidadania pautada por valores de justiça, paz e liberdade. A teologia pública resulta de uma aproximação entre a herança da teologia em-si e as perspectivas analíticas advindas dos universos conceituais da sociologia, da antropologia e demais ciências sociais. É fruto da consciência da incompletude da teologia para compreender o complexo mundo das relações humanas e, conseqüentemente, da necessidade de diálogo com outros saberes imprescindíveis para configurar a dinâmica histórica das comunidades e civilizações.

O objetivo é examinar o papel da tradição pentecostal e os sinais de uma presença de teologia do compromisso social, aproximando essa tradição de um espaço acadêmico e prático com a sociedade a partir deste horizonte. Contribuindo para ampliar reflexões deste movimento religioso nos níveis da sociedade brasileira. Pois a presença do pentecostalismo

clássico e demais pentecostalismos no mundo contemporâneo, na América Latina como um todo e no Brasil em particular, representa um valor sociológico não só a ser explicado, mas também um valor cultural-religioso que explica o tipo de sociedade existente, a partir da adesão ampla de grupos sociais a esta manifestação de fé.

Examinar também a importância de uma teologia pública, como elemento concretizador de ideais de tolerância e fraternidade sociais. Onde a fé é força propulsora de esperança e vida, e não recurso de manipulação e anulação de consciência crítica. O pentecostalismo, quase sempre exposto como religiosidade marcada por obscurantismo e triunfalismo doutrinário, aos poucos, também se insere em novas vertentes de afirmação de um ethos pentecostal, em busca de uma identidade coerente com proposições de uma teologia pública.

No capítulo um, a reflexão se fará no sentido de estabelecer um percurso analítico da dinâmica teórico-histórica do pentecostalismo, no ponto inicial de sua construção enquanto vertente de fé do cristianismo e sua origem e alguns desdobramentos no Brasil. Contemplando, resumidamente, alguns postulados teóricos de explicitação do sentido em que se configura o pentecostalismo. Ricardo Mariano, Paul Frestom e Gedeon Alencar, são alguns dos estudiosos elencados neste processo.

No capítulo dois, são investigados os fundamentos norteadores do constructo de uma teologia pública, a partir da obra *A Imaginação Analógica*, de David Tracy, do pensamento de Paul Tillich e da coleção *Teologia Pública Em debate*, das editoras Sinodal e EST. Assim como as perspectivas desse processo de teologização no contexto sócio-político-econômico de uma realidade típica do terceiro mundo latino americano.

No capítulo três, será discutido as possibilidades e impossibilidades de aproximação entre uma identidade de fé pentecostal (na sua dinâmica clássica) e os valores mais específicos de uma teologia do compromisso social. Examinando tópicos consagrados da teologia pentecostal, ou seja, suas referências mais recorrentes na elaboração do credo de fé e as conexões passíveis de serem constituídas com movimentos intelectivos dos ideais de uma teologia pública. As obras publicadas pela rede latino-americana de estudos pentecostais (RELEP), sob a organização de David Mesquiati de Oliveira, funcionará como fio condutor para explicitação de certos nexos teóricos entre pentecostalismo e teologia pública. O pressuposto, inerente a este capítulo, de natureza conclusiva, é que existem autênticas

evidências de um mínimo fluxo de teologia pública em ramificações do pentecostalismo no Brasil contemporâneo.

CAPITULO I

A DINÂMICA TEÓRICO-HISTÓRICA DO PENTECOSTALISMO NO BRASIL

1. Origem histórica do Pentecostalismo

O cristianismo pentecostal é um significativo movimento religioso de parte dos povos do ocidente, sobretudo no terceiro mundo, da África e da América Latina. Representando uma força cultural mobilizadora de milhões de consciências identificadas com seu discurso de valorização de absolutos divinos e convicção de existência real de milagres, capazes de agirem no cotidiano natural dos seres humanos. O pentecostalismo, é uma das ramificações, junto com o protestantismo, catolicismo e igrejas ortodoxas, em que se divide o universo de fé e moral, inaugurado e ensinado por Jesus Cristo, por volta de dois milênios atrás. Por isso, compartilha uma cosmovisão ético-metafísica¹ com esse legado onde estão inseridos todos os grupos cristãos, embora tenha especificidades, que fornecem a ele - pentecostalismo - uma identidade própria. O pentecostalismo, portanto, encontra sua plausibilidade na estrutura de pensamento judaico-cristão. É uma religião vinculada a um conceito de sacralidade, que busca conectar, através de certas perspectivas epistemológicas e ritualísticas, Deus com a humanidade. É uma religião teísta, pois proclama não só a realidade de Deus, como assevera sua ação no sustento do universo, mediante ao exercício de Sua (de Deus) soberania e por causa de respostas possíveis (diz a fé) as preces pronunciadas pelos fiéis. É em-si uma religião, com ritos, mitos e sacerdotes. Cujas imaginações religiosas tem como fonte irreversível a Bíblia e se afirma no cenário da pluralidade religiosa contemporânea, no contexto dos primórdios do século XX.

Como os demais sistemas de crença religiosa, pentecostalismo é uma busca de sentido, em alguns contextos, para os enigmas que cercam a vida, propiciando um modo de ser e ver o mundo, com certezas configuradas e firmadas em nome de Deus. Como a certeza que os acontecimentos da vida estão sob um controle misterioso e infalível de um Ser onipotente, onisciente e onipresente. E a certeza que o fim da vida terrena é o despertar de uma nova consciência na eternidade, no bojo de um paraíso celestial, onde nenhum mal poderá se expressar. A eficácia do pentecostalismo decorre, neste angulo de análise, de sua capacidade

¹ Cosmovisão ético-metafísica: uma interpretação da realidade, a partir do pressuposto de sua dualidade, que aponta para um mundo natural compartilhado com um mundo sobrenatural, de onde vem a legitimação para as afirmações da ética, no caso, cristã.

de responder, a partir de uma postura de esperança (real ou imaginária), aos dilemas da existência humana. Ou parte deles.

É no séc. XX, ocidental, que o discurso e a práxis pentecostal ganham visibilidade histórica efetiva. Como uma dissidência de cunho avivalista do protestantismo clássico norte-americano. Desembarcando no Brasil no início do séc. XX (PASSOS, 2005, P.15).

Na discussão sobre as origens do pentecostalismo, aparecem dois tipos de modelos explicativos determinantes: aqueles que apelam para uma compreensão que anula a história e propõe que a fé - no todo - resulta da mera ação de atos miraculosos emanados de Deus. Os militantes da religiosidade pentecostal, em grande parte, se articulam, em maior ou menor grau, a essa percepção mística e não articulada criticamente de seu mundo de fé. Já os modelos explicativos de orientação científica, sejam antropológicos, sociológicos ou históricos, optam por leituras do fenômeno pentecostal que se pautam por investigar as condições sociais, a dinâmica de historicidade e quais os sentidos de seus símbolos, rituais e ideologizações teológicas. Neste nível de abordagem, os pentecostalismos representam uma produção de conhecimento de seres humanos de determinado tempo histórico. Como diz, Berger, "Toda sociedade humana é um empreendimento de construção de mundo. A religião ocupa um lugar destacado nesse empreendimento" (BERGER, 1985, p. 15).

O pentecostalismo é uma força de mobilização social que orienta indivíduos quanto às respostas políticas e de hábitos culturais na sociedade. E é também uma forma sim de criar possibilidades de exercícios de cidadania. De um lado, portanto, discursos nascidos de um sentimento puro de fé, configurando o pentecostalismo como evidência de que o sagrado é de fato uma realidade concreta e tangível à fé e que Deus é sua suprema expressão, sustentando o universo e gerando milagres no ambiente da fé exclusiva que lhe agrada. Do outro lado, uma postura acadêmica que observa a fé pentecostal como passível de ambiguidade típicas de qualquer constructo religioso de uma consciência histórica estabelecida. Robert P. Menzies, doutor em Novo Testamento e teólogo pentecostal propõe "o movimento pentecostal (...) como força poderosa e dinâmica que impacta a vida [...]" (MENZIES, 2016, p.115). Estabelecendo uma cosmovisão do ethos pentecostal como essencialmente um fator desencadeado pelo poder sobrenatural de promessas bíblicas. Já S. Oliva e Benatte, observaram que:

O pentecostalismo, reiteremos, é uma religião que nasceu e se desenvolveu em processo de simbiose com todo o universo cultural das classes subalternas urbanas

ou em processo de urbanização – o “povo”, por falta de uma palavra mais precisa. O fenômeno pentecostal permanece basicamente uma “religião de pobres”, apesar de sua recente inserção nas classes médias. Como demonstram as estatísticas, o período mais intenso de sua expansão deu-se na segunda metade do séc. XX, sobretudo a partir dos anos 1970, durante a ditadura militar, justamente um tempo de industrialização acelerada, êxodo rural intenso, urbanização caótica, suburbanização e favelização de grandes contingentes populacionais; seu crescimento não é alheio, portanto, ao processo de modernização excludente do capitalismo no Brasil até os dias atuais, marcados pelos impactos da globalização ou da mundialização do capital (BENATTE; OLIVA, 2010, p. 51).

Ou seja, o pentecostalismo tem “carne e osso” na história e dialoga, com maior ou menor grau de consciência, com os rumos e efetivações de experiências de vida social no mundo secular.

Apesar das experiências do “tipo pentecostal” possuírem uma presentificação ao longo da história do cristianismo, permanece como referência possível para a origem do pentecostalismo os nomes de Charles Fox Parham e William J. Seymour, no início do séc. XX, respectivamente em Kansas e Los Angeles (MCGRATH, 2012, p. 410-411). Já neste contexto inaugural estão presentes características singulares da formatação cültica do pentecostalismo: ênfase avivalista na expressão dos valores da fé, valorização de preceitos místicos no entendimento da fé, em detrimento de reflexões sobre o sentido sociológico da fé, como fator de mudança social, em busca de uma vida comunitária mais eivada de autêntica cidadania, uma hermenêutica² bíblicista, onde o texto da escritura de fé é identificado como um dogma incontestável, sobretudo no que se refere aos termos de conexão com as esferas do transcendente. O pentecostalismo nasce com uma vocação de desafio epistemológico aos ideais de rigor racionalista de uma nova era humana estigmatizada por um processo de deificação da razão cientificista.

A história do pentecostalismo moderno tem como ponto de partida o cenário da sociedade ocidental contemporânea, com seus valores capitalistas, humanistas, pluralista, cientificistas e, parcialmente, judaico-cristãos. É um movimento religioso que se identifica com valores bíblicos do novo testamento, mas é constituído com uma realidade mais plena bem recentemente, nos primórdios do séc. XX. Forçosamente – em que pese seu potencial produtor de uma cultura sectária e anti-intelectualista – dialoga com tais valores ao normatizar seus princípios epistemológicos e definir os parâmetros do exercício existencial dos fiéis. Por vezes, promovendo adesão e acomodação no quadro da ordem social e por vezes percorrendo itinerários de tensão e ruptura com o fluxo da cultura hegemônica.

² Hermenêutica: ciência de interpretação do texto bíblico, que estabelece regras de compreensão científica, com uma observação criteriosa dos contextos para construir a análise de um texto.

O pentecostalismo clássico, que pode ser nomeado como pentecostalismo original, tem uma relação de ambiguidade com a era da civilização moderna, pois gera representações de identificação com o ideal individualista de ser, típico da herança protestante-burguesa, ao mesmo tempo que retoma uma leitura das viabilidades do sagrado, de natureza pré-científica. O pentecostalismo é uma ação de fé fideísta³ e articula um discurso moral acentuadamente conservador, mas estrutura sua organização administrativo-financeira com procedimentos adequados a boa performance capitalista e se adequa com razoável senso de pragmatismo ao turbilhão de ideias religiosas que transitam na arena do mundo contemporâneo do ocidente.

Nascido nos EUA, sua certidão de nascimento atesta um vínculo com as camadas sociais mais pobres do espaço social urbano, dentro de um grupo de indivíduos majoritariamente de etnia afrodescendente (ALENCAR, 2014, p.169). O que na realidade brasileira, ainda se evidencia desta forma. O contingente pentecostal sinaliza mais uma herança africana do que europeia, quanto à cor da pele dos adeptos e representa mais efetivamente as classes sociais de menor poder aquisitivo. Do ponto de vista de uma sociologia crítica, a explicação para esse fator nos remete à questão da exclusão social e a consequente busca de sentido existencial compensador (STARK, 2008) para essa exclusão. Não é uma resposta exclusiva e isenta de problemas, mas contribui para uma percepção lógica do fenômeno. Mariano (2011, p. 23) expressa bem essa fronteira entre o sociológico e outros fatores ao dizer: “Não há dúvida de que o pentecostalismo cresce na pobreza ou na base da pirâmide socioeconômica. Contudo, a pobreza e a privação social não explicam a expansão pentecostal”.

É o que também observa Alencar (2010, p. 29,30) ao registrar a complexidade do fenômeno pentecostal e o risco reducionista ao criar um esquema analítico como padrão dogmático de “verdades” históricas sobre o pentecostalismo. Existe um turbilhão de conceitos nas ciências sociais visando compreender o que é, e porque é, e como é, o pentecostalismo. Ele comporta possibilidades de interpretação que apontam para perspectivas de alienação social (análise negativa do pentecostalismo) como para perspectivas de estímulos de exercícios de formação de cidadania (análise positiva do pentecostalismo). No entanto, uma postura acadêmica equilibrada e dialética, postulará aproximações de nexos teóricos na investigação do significado da religião em questão.

³Fideísmo: Crença na inutilidade do esforço racional e científico para dar sentido de melhor precisão a fé.

O pentecostalismo, assim como a reforma protestante do séc. XVI, é marcado por um senso de busca da verdade através do retorno ao marco inicial da fé cristã, ou seja, as páginas do Novo Testamento. Reconhece a si mesmo como legítimo movimento de restauração da fé não corrompida por tradições humanas. No caso da reforma, foi a ideia do resgate de uma soteriologia paulina cristocêntrica, que identifica a salvação através da fé do fiel na explicitação teológica da questão. No caso do pentecostalismo, foi o resgate do valor e do poder da pessoa do Espírito Santo no papel da identidade cristã. Não por acaso, o eixo mais decisivo da fé pentecostal (clássica) é a inserção do discípulo no evento classificado como batismo no Espírito Santo⁴, no que resulta na manifestação do “falar em línguas”. Enquanto o protestantismo clássico tem sua raiz bíblica no livro de Romanos, o pentecostalismo clássico tem sua raiz de fé no livro de Atos dos Apóstolos. Enquanto o protestantismo, com sua rigidez litúrgica e discurso de compatibilidade mínima com o senso racionalista de uma sociedade altamente secularizada, permanece entre à estagnação e recuo dos fiéis, o pentecostalismo com uma liturgia mais espontânea e um discurso repleto de declaração sobre milagres e pouco ou nada preocupado com uma razão científica, permanece consolidado e com nítidas evidências de crescimento. Diriam os pentecostais mais ufanistas da causa pentecostal: é Deus. Já ao cientista da religião cabe propor um viés de observação em harmonia com o velho axioma do “agnosticismo de abordagem”.⁵

Alencar (2010, p. 32-36), estabelece uma exemplificação de como as teorias podem ser úteis na investigação das questões religiosas de uma sociedade, ao explicar, por exemplo, o conceito de “carismas” em Max Weber e o conceito de “Igreja dos deserdados” em R. Neiburh. O carisma como elemento na liderança, que se impõe (no caso do pentecostalismo) por causa da identificação que os adeptos geram com um homem ou mulher vistos como modelo de santidade e capacidade de oratória “santificadora” e “poder espiritual” entendidos como vindos de Deus. A liderança carismática convence os adeptos por sugerir de forma convincente uma ação mediadora entre o celeste e o terreno através das palavras e resultados tidos como redentivos no seio da comunidade de fé.

⁴ Batismo no Espírito Santo: no pentecostalismo, é uma experiência cristã posterior à salvação e capacitadora de poder, para realizar milagres, segundo os pentecostais. Tal experiência - é quase um consenso absoluto no pentecostalismo clássico - se evidencia quando o fiel expressa uma linguagem vocal que não comunica sentido lógico a ele e aos presentes no ato cútico.

⁵ Agnosticismo de abordagem: na ciência da religião, significa que o analista não deve emitir juízo de valores sobre uma religião. E sim retratar suas formas de expressão, com maior grau de imparcialidade possível.

Já o paradigma de “Igreja dos deserdados”, aplicado ao pentecostalismo, responde sim adequadamente ao perfil social deste movimento. Não é uma igreja – a igreja pentecostal – com membresia típica do mundo burguês ou classe média alta. Ao contrário, é predominantemente operária e de classe baixa, no setor social urbano. Embora propicie dentro de sua dinâmica interna o surgimento de uma classe sacerdotal com expressivo poder financeiro, dependendo do número de membros e índole (materialista e arrivista) de tal classe. Esse vínculo histórico do pentecostalismo com os deserdados socialmente, na sua origem em solo norte-americano, não produziu consciência politizada a favor da justiça social, mas desencadeia nesses seres humanos um nível de percepção de sua dignidade humana e que existem virtudes a serem cultivadas para uma existência mais plena de beleza e sentido.

Em sua obra *Rostos do protestantismo latino americano* Bonino cita Hoollenweger que vê o pentecostalismo como típico fenômeno social-religioso atrelado às classes sociais desfavorecidas. É basicamente, para o autor, uma fé oral, com forte domínio do elemento emocional em suas expressões de louvor e oração. Sem possuir uma elaboração teológica mais sofisticada e sistematizada. Uma proposição que revela um fundo de verdade e sinaliza um teor de depreciação, com base na percepção implícita de que o pentecostalismo é fundamentalmente uma emoção de sub-intelectuais diante do mistério divino. (HOOLLENWEGER *apud* BONINO, 2013, p.52).

Para os sociólogos E. Willems e C. Lavivi d'Epinau,

[...] O pentecostalismo funciona como uma saída ou maneira de responder à crise pessoal e coletiva desencadeada pela passagem de uma cultura rural tradicional à uma cultura urbana, industrial e democrática. (...) A nova identidade que a conversão proporciona, a liderança aberta que não se legitima profissionalmente, e sim pelo carisma pessoal, e a solidariedade cara a cara da comunidade pentecostal são os novos fatores que fazem do pentecostalismo uma religiosidade adequada à condição de anomia produzida pela mudança (WILLEMS; D'EPINAY *apud* BONINO, 2013, p. 53).

Esse esforço de análise sociológica propicia um engajamento do intérprete em uma ciência de investigação da religiosidade, que aproxima os ritos de fé a um tempo histórico-social específico e determinante de sentidos e conduz a um percurso de história do pentecostalismo adequadamente estabelecido. Parte do que o pentecostalismo foi, é e será, atravessa inexoravelmente territórios teóricos da sociologia, sabendo que o entendimento do seu presente é condicionado pelo entendimento de seu passado.

O pentecostalismo é herdeiro de uma lógica de espiritualidade que estabelece sempre um grau de distinção entre o mundo cultural não-cristão e um mundo cultural cristão. O que é uma influência de movimentos de fé cristã como o metodismo⁶ primitivo. Essa perspectiva forma comunidades eclesiais marcadas por um intenso etnocentrismo religioso. Ao fiel se exige um estilo de existência afastada do pecado, seja quanto à linguagem, opção de identidade sexual ou quanto à necessária intransigência de não relativizar os dogmas de uma ortodoxia rígida. Pois a consciência religiosa pentecostal é uma consciência elaborada muito determinantemente pela afirmação do que o fiel não acredita e não faz. Destacando que os grupos religiosos que divergem são simplesmente desvios da verdade definida e eternizada.

O começo e o avanço do pentecostalismo se fez e se faz para redimir a própria cristandade de seus pecados teológicos, de omissão da verdade mais plena. O pentecostalismo, contempla a si mesmo com a melhor definição de cristianismo, quando o assunto é santidade e poder sobrenatural. Como o mundo social ao redor é uma dinâmica de vida secularizada, sem expectativa de milagres e compatibilizado com a diversidade dos desejos humanos, cabe a pregação pentecostal - em nome da singularidade de seu ethos - rejeitar, minimamente que seja, tal mundo. Mariano (2014, p.190) diz:

Para não serem contaminados e corrompidos pelas coisas, paixões e interesses do mundo, os líderes pentecostais procuram imprimir na conduta dos fiéis desde a conversão, normas e tabus comportamentais, valores morais, usos e costumes de santificação. Infundem neles o desejo de viver o evangelho de acordo com o mais puro ascetismo de rejeição do mundo, segundo a definição weberiana, de modo à distanciar-los de coisas, atitudes, valores e instituições do incrédulo porém tentador mundo circundante. Para tanto, um sistema de proibições, no sentido, dos "cultos negativos" descritos por Durkheim (1989: 363 -392), é posto em funcionamento. Purificados dos pecados cometidos antes de renascer no batismo das águas, os fiéis são instados a trilhar o penoso caminho da santificação. Para que não sucumbam às pulsões, aos desejos, às próprias inclinações pecaminosas, devem renunciar aos prazeres mundanos, compreendidos como ciladas do diabo, por meio do padecimento e da mortificação da carne. Para que o Espírito Santo lhes preencha a vida, santificando-os, devem morrer para o mundo, o qual, como causa e lugar de sofrimento, além de rejeitado, deve ser combatido.

No pentecostalismo clássico tem sido assim. Embora se verifique, no contexto das Assembleias de Deus, expressiva flexibilização de certas práticas tradicionais associadas aos costumes como a questão na participação de processo político formal ou a questão de abandono nas formas de se vestir mais conservadora. No entanto, a Congregação Cristã do Brasil, associada a novas vertentes do pentecostalismo autônomo, como a igreja Deus é

⁶ Metodismo: movimento religioso protestante, fundado por John Wesley, caracterizado pelas ênfases avivalistas e arminianas na construção da fé, mas também ativo em proposições de teologias públicas.

Amor, mantém uma resistência às mudanças do seu perfil de fé pentecostal. Juntas, AD e CCB, preservam os traços identitários do velho pentecostalismo, até certo ponto com centralidade dos ideais de projeção de dons miraculosos, sobretudo. Atestando uma fé tida como viva e integralmente bíblica. Um conservadorismo moral acima da média dos demais protestantismos. Objeção às celebrações e convicções ecumênicas e teologização, não ou pouco, contextualizada aos desafios intelectuais e sócio-político da era contemporânea.

Propondo uma observação crítica quanto ao futuro da religião pentecostal, em toda a sua extensão de fenômeno de fé, Mariano pontifica,

O futuro dessa religião, aponta na direção de flexibilização, ajustamento, assimilação, aculturação. Assimilação à cultura ambiente que nunca será total, sempre parcial, mas que, com o passar do tempo, com o crescimento e a progressiva institucionalização e acomodação social do pentecostalismo, tende a tornar sua agressividade contracultural e sua contribuição cultural cada vez menores, cada vez mais indistintas e, diria, menos significativas. E isso tende a ocorrer apesar de seu tamanho, presença, visibilidade, soberba e poder político tornarem-se cada vez maiores (MARIANO, 2014, p. 238).

Em se tratando de pentecostalismo ou pentecostalismos, qualquer “prognóstico profético” é uma temeridade, dado ao caráter profundamente camaleônico desse movimento, sempre capaz de surpreender com novos caminhos de expressão de sua velha, e ao mesmo tempo, sempre nova fé. O pentecostalismo costuma ser mais eficaz em suas possibilidades e efetivações de transformação na ordem social vigente, do que a potência de observação definidora de seus analistas e críticos.

O pentecostalismo clássico, de Seymour aos dias atuais, não ficou imune a certas metamorfoses cognitivas, estruturais e políticas. Mas manteve as características, como dito, de seu DNA original. Ainda hoje, busca inspiração na fonte dos textos sagrados da Bíblia e produz estética cültica de manifestações de êxtases místicos. Enquanto redireciona suas estratégias de anúncio de fé (AD), com participação não conflituosa nas redes mais avançadas de comunicação e desdobra, em seu mundo intelectual, ainda que em caráter bem restrito, posicionamentos que são indicadores de sensibilidade diante de uma teologia pública. Sem que isto represente uma ameaça ao domínio do discurso paroquial e confessional dominante. Entretanto, alguma coisa está sendo gestada, com potencial de mudança, nos termos de uma teologia pública, no mundo das ideias pentecostais.

O teórico latino americano, (CAMPOS, 2002 p. 32), faz apontamentos bem interessantes sobre o fenômeno pentecostal. Campos divide o cenário religioso da América

Latina (o que pode ser adaptado ao Brasil sem traumas teóricos), em: catolicismo romano tradicional, modernizador e popular; protestantismo de tradição clássica, protestantismo de missão com forte natureza pietista⁷ e fundamentalista; pentecostalismo de expansão, sob influência dos EUA, pentecostalismo de caráter nacional com características da cultura local, pentecostalismo de proximidade com a cultura católica popular, que ele chama de neopentecostalismo e os movimentos de cura divina.

Refletir o pentecostalismo é útil, porque é uma instância religiosa em constante mutação em uma sociedade em constante mutação. E também porque é uma religiosidade com poder de construção de identidades populares no corpo da sociedade (CAMPOS, 2002, p. 34).

É fato que, em todas as suas vertentes, o pentecostalismo, sobretudo o clássico (Assembleiano), ocupa um papel de suma importância na história do Brasil em particular, atuando como força mobilizadora de pensamentos e sentimentos a favor da vida, da esperança e de uma possibilidade de construção de identidade participativa no contexto da comunidade de fé. O quanto a resposta pentecostal é veraz, não cabe à ciência da religião concluir. Nem é este seu propósito de estudo, mas com certeza, o pentecostalismo é a exposição da verdade para milhões de fiéis que optaram por este caminho e que, a partir dessa opção, interferem em aspectos gerais de formação de uma consciência civilizatória brasileira.

⁷Pietismo: movimento teológico protestante, de renovação espiritual e índole luterana, no contexto do século XVII. O Pietismo é uma reação mística ao racionalismo teológico. Valoriza o sentimento de fé, em detrimento do conhecimento científico da fé.

2. Origens históricas do pentecostalismo no Brasil e seu desenvolvimento

Dados recentes de pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo 2010, IBGE) indicam a permanência da hegemonia do catolicismo no espaço social da nação. Uma religião que apesar da perda de fiéis em grande escala ainda é muitíssimo numerosa e efetiva nas festas populares de regiões do Brasil, sendo bastante influente nos bastidores dos poderes da república brasileira. O fim do catolicismo e um Brasil protestante-pentecostal não é hipótese que vai se impor em caráter irrevogável. A questão é muito complexa, em que pese o crescimento avassalador do pentecostalismo nas últimas décadas.

O pentecostalismo é um grupo religioso de intensa visibilidade no território nacional. No universo de aproximadamente 22,2% da população protestante, representa 2/3 do total. É o grupo religioso de maior crescimento no Brasil, segundo o instituto citado. Em 1980, os protestantes eram 6,6% da população. Passaram para 9,0% em 1991. Em 2000 subiram para 15,4%. E em 2010 chegaram a 22,2%. Não é possível ignorar essa expansão extraordinária e não buscar entender a dinâmica desse processo, que é essencialmente pentecostal.

Desde o início de sua inserção histórica no Brasil, o pentecostalismo desperta uma reação de confronto implacável com seu ethos ideológico e comportamental. Sobretudo por sua movimentação evangelística marcada por exacerbação proselitista. E o inegociável atrelamento entre seu imaginário de fé e a convicção dogmática da verdade. E também a questão de significar um gerador de tensão diante da cultura católica estabelecida e a presença protestante clássica em processo de acomodação. O pentecostalismo, por essas e outras razões, não é uma presença bem-vinda. Pois não parece civilizador (aos olhos das elites intelectuais). Não tem credibilidade teológica (aos olhos de católicos e protestantes letrados). Não tem um projeto de contestação da ordem socioeconômica vigente (aos olhos dos progressistas). Não tem uma iniciativa conceitual de diálogo com o pluralismo religioso em que o Brasil vai se inserir, em crescente consolidação. O que o pentecostalismo tradicional tem? Um senso de fé e moral fundamentalista, dentro de um discurso dogmático que encontrou respostas positivas numa era de anomia⁸ social, incertezas existenciais e ceticismo político, entre outros fatores.

⁸ Anomia: segundo Durkheim, o conceito remete a uma ideia de desajustamento social.

Bastante recorrente no registro histórico da presença pentecostal no Brasil, é a explicitação do conceito de “três ondas” (FREESTON, 1996). A primeira onda, referindo-se ao período do início do sec. XX, com as igrejas Assembleias de Deus (1911) e Congregação Cristã (1910). Essas igrejas representam o pentecostalismo clássico, com suas ênfases típicas: a santidade rígida como exigência salvífica, no comportamento dos fiéis, apontando para a necessidade visceral de recusa do “mundo”, pois o mundo, no dizer bíblico, “Jaz no maligno”. Uma cosmovisão escatológica com o potencial anulador de consciência de transformação da ordem social vigente, com seu caráter pré-milenista⁹, aonde Cristo virá para instaurar uma nova ordem cósmica, com justiça e paz perfeita. O mundo não será transformado por uma militância de ética social por parte de cristãos engajados na luta por direitos humanos. Mas será transformado, por um evento sobrenatural do retorno de Cristo a terra, de acordo com determinada interpretação de textos apocalípticos do Novo Testamento. A experiência da glossolalia, quando o fiel faz uso de uma linguagem verbal "estranha". No uso dessa linguagem, o fiel estabelece seu vínculo mais autêntico com a crença pentecostal. Pois está inserido objetivamente no universo místico, por excelência, do cristianismo. Segundo a crença, essa experiência ensinada e buscada com fervor, no mundo pentecostal, é símbolo de uma fé mais legítima e elevada.

A segunda onda do pentecostalismo brasileiro data das décadas de 50 e 60 no séc. XX, onde ocorre uma ampliação do campo religioso nesta segmentação de fé, com a presença de igrejas como Quadrangular (1951) e Brasil para Cristo (1955). Essa segunda onda é, sob muitos aspectos, uma versão muitíssimo próxima da primeira onda, com um destaque mais contundente no anúncio da cura divina. Tanto McPherson (versão americana) quanto Manoel de Melo (versão brasileira) são arautos de um pentecostalismo promotor de uma cruzada para curar os corpos tanto quanto curar almas. A cura divina como evidência mais postulada do poder pentecostal.

A terceira onda, vai se constituir com ênfases específicas em tópicos como batalha espiritual¹⁰, uma forma de saber teológico que gira em torno de uma obsessão com a existência e ação de demônios na vida humana. A IURD exemplifica de forma teatral esse

⁹ Pré-milenismo: corrente de pensamento escatológico, da teologia protestante, que acredita em um milênio literal sob a governabilidade direta de Jesus Cristo. É uma análise não metaforizada do apocalipse.

¹⁰ Batalha espiritual: uma postura doutrinária, mais típica dos Pentecostalismos, dentro do cristianismo, que propõe o conceito da existência de constante luta entre forças espirituais divinas e forças espirituais malignas. Cabendo a igreja, entendida como corpo de Cristo, lutar, expulsando as forças do mal da vida dos seres humanos.

posicionamento. A mensagem da prosperidade, quando o valor mais significativo da vida cristã bem-sucedida, não é mais a dimensão ética e muito menos a mobilização por construir uma sociedade mais solidária. É a busca frenética por bens materiais, próxima do elogio da ganância. Se dá um notório afrouxamento de regras de santificação e costumes que tão caro foi e é, ao pentecostalismo clássico. Seria de certa eficácia, portanto, considerar que o pentecostalismo é melhor definido como pentecostalismos, com horizontes narrativos e litúrgicos diferenciados em níveis diversificados, ao longo das décadas do séc. XX. Algumas agências de fé que estimulam, sobretudo o “falar em línguas”, outras que projetam imenso valor a cura divina e ainda outras que buscam freneticamente prosperidade ou mesclam conceitos, formando uma realidade pentecostal eclética. A verdade é que a experiência pentecostal não possui a marca da homogeneidade, como bem asseveram pesquisas acadêmicas realistas. Muito embora, as classificações tipológicas não encontrem consenso quanto às opções estabelecidas, contribuem, no entanto, para orientar percursos analíticos. Não se trata de uma questão de estabelecer uma verdade soberana. Se trata de observar e revisar critérios de abordagens para tornar a compreensão mais totalizante.

Ricardo Mariano, sobre o pentecostalismo clássico, propõe a seguinte reflexão:

Ele reina absoluto de 1910 a 1950, período que vai da implantação desta religião no país, (...) até a sua difusão para todo o território nacional. No início, composto majoritariamente por pessoas pobres e de pouca escolaridade, discriminadas por protestantes históricos e perseguidas pela Igreja católica, caracterizado por um ferrenho anticatolicismo, por enfatizar o dom de línguas, a crença na volta iminente de Cristo e na salvação paradisíaca e pelo comportamento de radical sectarismo e ascetismo de rejeição do mundo exterior. [...] não obstante suas quase nove décadas de existência, (...), a postura sectária e o ideário ascético são mantidos (MARIANO, 2014, p. 29,30)

O sociólogo se refere basicamente à Assembleia de Deus e Congregação Cristã no Brasil, em seus apontamentos críticos. Admitindo que existem mudanças no perfil deste protestantismo clássico, sobretudo no caso das Assembleias de Deus, em função de ter experimentado a chegada de adeptos de classe média e setores de mais destaque social, como empresários e estudantes universitários, por exemplo. No entanto é pertinente reafirmar a especificidade de tal pentecostalismo. Como modelo para pensar as demais estruturas eclesiais pentecostais que vieram depois. O pentecostalismo clássico é o movimento de origem, portador de marcas que permitem sua permanência na história como religiosidade cristã distinta do catolicismo e do protestantismo. Que segue evoluindo na sociedade brasileira, procurando estratégias de ampliação de rebanhos e consolidação de status, em meio às transformações socioculturais do país (PASSOS, 2005, p. 54). Ao evoluir cria suas

metamorfoses e passa a ser novos pentecostalismos, bem próximo ou bem distante do paradigma deflagrador da proposta inicial de fé.

A presença pentecostal no Brasil, com grau de intensidade de que se verifica, evidência a capacidade de um sentimento e expressão de religiosidade com significativo teor místico e discursividade de desdobramentos fundamentalistas, permanecer no meio de um universo social concebido para legitimar um domínio irrefutável de lógica secularizadora. Em que pese esse desejo e militância por partes das elites ocidentais informadas por um imaginário cientificista, o sagrado permanece, assumindo formas de legitimação no coração, mente e estruturas de vida social. Desafiando a razão pura e proclamando um Kerigma que exige adesão não científica a certos valores que não seriam desse mundo.

Essa explosão de fé, chamada pentecostalismo, que tem contagiado milhões de brasileiros e brasileiras, com uma mensagem mística e moralista, provocando um fluxo em constante ebulição, de conversões ao credo cristão, num espaço de tempo bem curto, precisa ser considerado explicável. Mas é de difícil explicação.

Procópio Camargo (*apud* Mariano, 2011, p. 15) estipula que a expansão pentecostal no Brasil, decorre dos efeitos segregacionistas operados pela modernização capitalista, por um lado, por outro, decorre de um fluxo de secularização¹¹ da Igreja Católica. Neste nível de abordagem, o pentecostalismo se apresenta como força de reintegração social dos excluídos, reorientando condutas e criando laços efetivos de socialização compensadora. Beatriz Muniz de Souza (*apud* Mariano, 2011, p. 16), propõe que o pentecostalismo, no Brasil, foi um instrumento religioso que funcionou como ajuste de indivíduos à sociedade moderna, ao recompor sentido de existência em um contexto de anomia, provocado por mudanças dramáticas no perfil da sociedade brasileira no séc. XX. Ela indica que os ritos e moral pentecostal agiram como terapia e orientação segura de viver, face as turbulências do mundo contemporâneo. Já Fernandes, alude a falsa dicotomia que enquadra o catolicismo em um esquema de tradição, patriarcalismo e a sacralização da cultura, de um lado, do outro lado, o protestantismo em geral associado à modernidade, ao capitalismo e a secularização (FERNANDES, 1977, p. 54-57). Não seria tão óbvio assim e de fato não é. Regina Novaes (1985, p. 9), não considera adequada a ideia do pentecostalismo produzindo uma rede de inserção social positiva aos migrantes sem raízes na cidade. Rolim, pesquisador de viés

¹¹ Secularização: processo de consolidação cultural que promove o esvaziamento da influência da religião na esfera pública da vida.

marxista¹², conclui que o pentecostalismo se beneficia do processo de exclusão social desencadeado pelo capitalismo (ROLIM, 1985, p. 354). A classe oprimida se desloca em direção a uma libertação existencial para uma vida mais digna. Só que, a libertação, na oferta pentecostal trafega em sentido bastante discrepante do sugerido na lógica marxista. Droogers, citado por Mariano (2011, p. 20), sugere, criativamente, uma aproximação de teorias investigativas do pentecostalismo, rompendo com proposições fechadas dentro de um corte analítico unilateral, com a expectativa de constituição de um modelo que proporcione maior amplitude de compreensão. De fato, cada intervenção analítica no objeto pentecostalismo se traduz em possíveis resultados esclarecedores da fé pentecostal. Os caminhos já trilhados por inteligências científicas, não são - evidentemente - insuperáveis e tão pouco são inúteis. O fenômeno pentecostal é polissêmico e a pluralidade de olhares analíticos é necessária e coerente com a dinâmica cognitiva de nossa diversidade contemporânea.

Existe hoje, um Brasil pentecostal, com milhões de indivíduos nele inserido, vivenciando padrões de ética, atenuando vulnerabilidades sociais, reestruturando a visão de mundo e reproduzindo com sucesso sua fé em outros, através de uma militância apaixonada de quem não tem dúvidas que descobriu a verdade por inteiro. Um Brasil pentecostal portador de significativas ambiguidades.

O avanço pentecostal, decorre de fatores internos e externos. Entre os fatores externos, se coloca a questão do divórcio entre Igreja e Estado, no Brasil, que estabelece o fim do monopólio religioso católico e a consequente possibilidade de criação de uma sociedade pluralista, onde novas ofertas religiosas podem se expressar com liberdade, disputando desejos metafísicos. Entre os fatores internos, que podem ser processos explicativos do sucesso pentecostal, se destaca a sedução irresistível de milagres. Sem o pluralismo e sua abertura de um mercado religioso estimulador de concorrência de fé, onde o pentecostalismo teve direito a ter voz e sem a agressividade evangelizadora eivada de promessas de irrompimentos do miraculoso no cotidiano, o crescimento pentecostal teria outro tipo de dinâmica, é provável. O fato é que todos os pentecostalismos sinalizam crescimento no Brasil. O Clássico, o *Neo* e o autônomo. São beneficiados por garantia constitucional de liberdade de expressão e agregam pequenos e grandes agrupamentos humanos em busca de recompensas sobrenaturais.

¹²Marxismo: filosofia política que divide os saberes em expressões de consciência e expressões de alienação, a partir de uma chave teórica de interpretação dialética do processo histórico, enfatizando a luta de classes.

A verdade é que existem pentecostalismos para públicos variados, com estéticas cúlticas diversas, ênfases teológicas de todos os tipos e inserções em classes de diferentes níveis de poder financeiro. A própria Assembleia de Deus, a maior das igrejas pentecostais do Brasil, retrata diversidades de tipos diferentes de adeptos, estilos litúrgicos, graus de misticismo e formatação teológica. Esta diversidade acarreta positivamente no avanço do movimento. O pentecostalismo, não é mais, exclusivamente, uma ideologia religiosa de gueto cultural. Embora sua presença mais atuante explicita dados sociológicos bem concretos: periferia dos centros urbanos. Agrupamentos sociais em níveis claros de pobreza. Baixa escolaridade predominante. Significativo contingente de negros e mestiços. É neste painel populacional, que o pentecostalismo se constitui como um poder religioso vigoroso e assumido como pertinente, capaz de convencer amplos seguimentos sociais, com vislumbres de soluções imediatas para problemas que extrapolam a capacidade dos poderes humanos de agir. E outros problemas que são simplesmente ignorados pelas agências governamentais, em áreas como saúde e moradia. O milagre como a saída para resolver problemas.

Entretanto, enquanto o neopentecostalismo tem sempre afirmações triunfalistas para os problemas humanos, o Pentecostalismo Clássico é possuidor de outro nível de pensar teológico, que também valoriza a resignação cristã diante de intempéries inevitáveis da existência. Constata que acontecimentos de frustração existencial, acontecem com pessoas de todas as etnias, classes sociais ou religiões. Pentecostalismo Clássico e neopentecostalismo são processos pentecostais diferentes.

Desafia explicações a inserção e permanência do pentecostalismo no quadro da realidade brasileira contemporânea. Mariano (2008) propõe uma reflexão pertinente que assinala como a previsão da superação do discurso místico-religioso por versões secularizadas da religião, foi desacreditada,

Em função da secularização do Estado e das instituições da sociedade moderna e do desencantamento de racionalização das próprias religiões cristãs, sociólogos, historiadores e teólogos nutriam a expectativa de que os grupos religiosos densamente mágicos, em vez de prosseguir crescendo, se retraíssem, perdessem a importância e passassem a discursar no vazio ou para interlocutores majoritariamente indiferentes. Esperava-se uma evolução constante no sentido da magia para religião, a superação da primeira pela última, e não a persistência e muito menos do fortalecimento e a diversificação da magia. De modo algum previa-se que a expansão das religiões mais escancaradamente mágicas se desse à custa do enfraquecimento das instituições religiosas tradicionais e secularizadas, ou daquelas que, na teoria, tenderiam a se adaptar melhor à sociedade moderna. Já há algumas décadas, no entanto, percebeu-se que essa perspectiva teleológica antagonizava os fatos, tendo em vista a retração das religiões secularizadas e, inversamente, a expansão das religiões mágicas. Embora, no Ocidente, as religiões mais

secularizadas continuem a granjear mais respeito e a gozar de maior prestígio e legitimidade social que suas congêneres mágicas elas cada vez mais perdem terreno para estas. Eis um fato inelutável [...] as religiões mágicas são as que mais se expandem [...] (MARIANO, 2008, p. 89).

A conclusão pode ser que as propostas de itinerários de espiritualidades de mais intensificação mística - como a perspectiva hegemônica no pentecostalismo - são mais sedutoras, para o enorme fluxo populacional em busca de saídas de dilemas existenciais variados (de ordem natural ou não), onde a possibilidade de interferência divina amplia expectativas de transformações redentivas e promove certezas que aplacam inquietações filosóficas.

As religiões mais secularizadas perdem terreno, porque parecem expressar um ideal de fé, onde as dimensões típicas do que seja uma religião - no senso comum - são diluídas por excesso de racionalização. O que é uma crítica recorrente, no âmbito da militância dos pentecostalismos, aos rumos da cristandade não-pentecostal. Pentecostais atuam no sentido de tornar tangível o mundo da fé neotestamentária no mundo cotidiano dos fiéis e uma parcela significativa desses fiéis testemunha a veracidade deste ensejo. Apesar de todas as controvérsias legítimas em torno da questão.

Valério (2017) esclarece que:

Vivemos em um mundo plural, onde a subjetividade humana está colocada em primeiro plano. De forma semelhante, os pentecostalismos brasileiros retratam essas mutações. Múltiplas igrejas, com múltiplas teologias e liturgias, afim de atender a demanda do homem moderno, ou pós-moderno, que deseja ter satisfeito suas ansiedades espirituais e, para isso senão está adequado ao pentecostalismo que frequenta vai mudando, até adaptar-se ao tipo de igreja que esteja de acordo com o tipo de espiritualidade que deseja vivenciar (VALÉRIO, 2017, p. 65).

O pentecostalismo oscila entre o pragmatismo litúrgico e a estratégia de evangelização, ao mesmo tempo que toma para si uma caracterização de agência produtora de milagres para todos os fins.

Há mudanças sim, mas também permanências no pentecostalismo (ALENCAR, 2013, p. 323). Essa dialética do comportamento pentecostal, entre o dogmatismo de algumas concepções da fé e a flexibilização para criar novas facetas discursivas e litúrgicas, é que lhe traz resultados dinâmicos quanto a adesão de novos adeptos. Contempla a diversidade sociocultural do Brasil e toca em um ponto que faz parte da natureza humana global: um

anseio enigmático de busca de algo além de nós mesmo e que resolveria o mistério do que somos e como o que somos se finaliza. Pois religiões, também servem para isto.

Alencar (2013, p.229) conclui sua obra, *Matriz Pentecostal Brasileira* argumentando com lucidez, sobre a influência do ethos sueco, americano e brasileiro na formação do nosso Pentecostalismo. Diz,

[...] Do ethos sueco / europeu herda componentes pietistas e questões dos movimentos de santidade ainda do século dezenove, vitimizados pela perseguição religiosa estatal e pobreza agrícola, provocando assim, uma migração em massa aos estados unidos, onde também permanecem marginais; vivem nas fronteiras. Do ethos americano o pentecostalismo é herdeiro de fenômenos múltiplos, desde os movimentos avivalistas dos séculos passados a complexidade de grupos étnicos urbanos visceralmente cindidos por questões raciais. O ethos brasileiro não difere muito culturalmente. Também com alta migração interna ou externa ocasionada por questões econômicas e agrícolas, com uma religiosidade mística sincrética de herança indígena, católica e afro, o pentecostalismo sueco-brasileiro se espalha acompanhando as migrações nordestinas ocasionadas pelas estiagens, implantando-se de forma autóctones e anárquica [...]

De fato, a história explica as ocorrências culturais engendradas em seus espaços de temporalidade social. O pentecostalismo possui um DNA histórico que configura adequadamente parte do seu perfil religioso, com direito de propagar seu ideário e ocupar posições nas instâncias da vida social brasileira. Ele faz parte do jogo da democracia, não tanto por convicção política progressista, mas simplesmente por existir e representar milhões de cidadãos e cidadãs, que pagam impostos e consideram oportuno pensar da forma que pensam. A intolerância anti-Pentecostal é tão nefasta quanto à intolerância pentecostal.

Abumanssur, (2016, p.19), diz:

Qualquer estudo hoje sobre as periferias e sua cultura terá necessariamente de dar conta do fenômeno pentecostal. O mundo do trabalho, do lazer e das políticas locais só e inteligível se, se levar em conta a maneira como essa população marginalizada experimenta o mundo pelo filtro da religião e essa religião é o pentecostalismo.

Assim como certos tipos de inserção social, de camadas populacionais, preferencialmente de periferias carentes de ações dignas de cidadania por partes das autoridades políticas, explica o porquê do sucesso evangelizador pentecostal, o pentecostalismo, com suas opções de interpretação de dados da existência humana, explica identidades reconfiguradas no micro e macro relações dessa mesma sociedade. Ele consolida crescimento, desde o início, por causa de crises sociais e existenciais e consolida mentalidade cultural, com alguns estigmas notórios. O fiel tem suas razões para justificar adesão ao

pentecostalismo. E o pentecostalismo tem suas razões para convencer os fiéis que estão certos em suas razões.

Em um texto de consistente erudição, Campos (2010, p. 276) cita o sociólogo Karl Mannheim, quando este relaciona com muita perspicácia analítica, os mitos, fantasias humanísticas ou promessas religiosas como insatisfação da imaginação humana, diante de uma realidade que aliena e marginaliza. No mesmo texto, Campos, assinala que, “as religiões, em suas origens, quase sempre estão vinculadas aos sonhos do homem acordado, isto é, às utopias compartilhadas socialmente [...], pois há um presente intolerável cuja superação exige a criação de um "novo céu" e de uma "nova terra" (Ibid., p. 277).

O pentecostalismo é um processo dessa natureza. Circula no interior de sua lógica religiosa, uma multidão que adere às promessas redentivas, em resposta a um cotidiano de infelicidades, fracassos existenciais, e mesmo carência no sentido psíquico e espiritual. Prossegue Campos (2010, p.279) dizendo que "o sucesso ou insucesso desses movimentos se deve à capacidade [...] de usarem a imaginação, criatividade, simbolização [...] na visualização de uma sociedade alternativa". O protestantismo histórico, com seu esvaziamento constante no cenário brasileiro contemporâneo e os pentecostalismos (o clássico e os outros), com sua força crescente de atuação e elaboração de novas comunidades de fé revelam a propriedade da observação citada.

Mas, o que há no pentecostalismo do tipo clássico de visualização de uma utopia? Seu discurso escatológico em primeiro plano, e o sentido de resgate do indivíduo da influência misteriosa do mal e dos vícios, para alcançar um melhor domínio de si mesmo e livrar-se dos impedimentos para melhor desempenho da vida. E a convicção no pentecostalismo, que ao assumir a veracidade do texto bíblico, de forma mais literal possível, se entra em aliança com Deus, o poder mais extraordinário do universo que vai recompensar a devoção ortodoxa dirigida a ele.

No entanto, utilizando as categorias "mentalidade ideológica" e "mentalidade utópica" oriundas de Mannheim (1954 *apud* CAMPOS, 2010, p.288), Campos explicita o predomínio do ideológico sobre o utópico, no assentamento da fé protestante, incluindo a pentecostal, no Brasil. O que prevalece com maior nitidez é uma operação para a regeneração espiritual e moral, em perspectiva individualista, do que transformação na ordem social, como resultante de uma fé voltada para mobilizar a consciência nesse sentido.

Os novos pentecostais, em grande maioria, estão dizendo que o céu pode esperar, enquanto realizam conquistas materiais. Os clássicos, com relativa frequência, continuam a dizer que o céu é a prioridade da fé. Mas, é do pentecostalismo clássico que se escuta e observa sons e sinais de algumas manifestações teológicas com apreço à uma ética social de militância progressista e constructo de pontes para o diálogo com forças e manifestação cultural não-pentecostal (como o diálogo católico-pentecostal). Pois no neopentecostalismo, manifesta uma postura de adesão as regras do jogo social da desigualdade com percurso marcado por intolerância e etnocentrismo cultural em alto grau. Assim caminha o neopentecostalismo. O pentecostalismo original, em suas vertentes não é, de todo assim.

O quadro estatístico do Brasil pentecostal é muito interessante de ser observado. Segundo dados do *O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)*¹³, (BOHN, 2014) afirma que o poder aquisitivo dos evangélicos, predominantemente pentecostais, assinala uma realidade de insignificante participação na riqueza da nação. 70% desse contingente religioso sobrevive com valores até dois salários mínimos. Os pentecostais estão plenamente inseridos no universo da pobreza brasileira. A conexão do protestantismo com o processo de enriquecimento capitalista não é sustentável quando se trata da versão pentecostal da religiosidade protestante no Brasil. Quanto ao nível de formação educacional, se verifica, ainda de acordo com a pesquisa do ESEB, que a fé pentecostal se articula com o setor menos escolarizado da população. 61% dos adeptos do pentecostalismo são definidos pela escolaridade fundamental incompleta. Entre os protestantes não pentecostais esta cifra é reduzida à metade. Decorre, que o pentecostalismo, associa, no corpo de sua membresia majoritária, carência de recursos financeiros para uma cidadania mais ampla e limitação intelectual no que tange a formação de uma consciência acadêmica mais sofisticada. Este aspecto cultural, por sua vez, talvez explique o alto grau de exposição que os fiéis pentecostais constroem em relação às autoridades religiosas de sua fé. Os pastores tornam-se a referência do aprendizado sobre a fé e a vida. São porta-vozes da verdade, com saber hierarquicamente superior. A inteligência e o carisma da fé estariam neles, os pastores.

¹³ O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) é um projeto vinculado ao *Comparative Study of electoral system project*, coordenado pela Universidade de Michigan. Tem como premissa a ideia que os contextos sócio-políticos, afetam a natureza e a qualidade da democracia. Busca identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade e a qualidade do regime democrático (CESOP. *Sobre o ESEB* Disponível em: <<https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>>. Acesso em: 16/10/2018).

Quanto a temas ligados à dimensão de moralidade, os pentecostais em geral são bem tradicionalistas, ou seja, não são nada favoráveis aos novos posicionamentos da cultura pluralista do ocidente laico. Por exemplo, 47% são contrários ao aborto em qualquer circunstância. Cerca de 85% manifesta opinião de que a homossexualidade é caracteristicamente imoral e não uma opção de identidade sexual, como outra qualquer. Já no âmbito político, os protestantes em geral, assim como outros grupos religiosos no Brasil, se mostram simpáticos a ação do governo em atividades como educação e saúde. 75% dos protestantes estão de acordo com essa postura de pensamento político. O vínculo entre, protestantismo, pentecostalismo, capitalismo e liberalismo, sem nenhuma possibilidade de nuances, fica refutado. Quanto ao critério de escolha de candidatos a cargos políticos, a pesquisa aponta que protestantes e pentecostais fazem a escolha mediante a honestidade do candidato, de forma predominante. A ideologia do partido político não é o fator decisivo. E também não, o fato do candidato ser ungido por uma autoridade religiosa.

A pesquisa do ESEB é muito instrutiva. Revela muito da natureza do protestantismo em geral e do pentecostalismo brasileiro clássico em particular. Este, sobretudo, guarda uma relação estreita, com níveis objetivos de pobreza social, possui uma forte identidade estigmatizada por um conservadorismo moral militante, não se insere na vanguarda da inteligência científica do ocidente naturalista e vivencia a mais intensa exposição-submissão à liderança religiosa que lhe serve de guia, no contexto das demais crenças religiosas.

O pentecostalismo clássico, no entanto, por sua essência protestante (quanto a certos conteúdos da mensagem proferida em seus púlpitos) estimula a participação no mundo da leitura, para conhecimento de doutrinas bíblicas. Motiva, por um percurso de valorização de autoestima individual, a busca de ascensão socioeconômica que irá justificar o fato da presença de Deus no curso da existência e testificar uma fé operante. Tem mostrado, com ou sem rupturas eclesiais, uma aptidão para metamorfoses no seu olhar de mundo e de si mesmo.

O futuro não será protestante (MARIANO, 2017, p. 31). O futuro será, então pentecostal? Provável que não. O futuro será pentecostal, neopentecostal, protestante, católico e de outros diversos movimentos religiosos da sociedade brasileira, assim como será também um cenário de uma tribo crescente, os sem religião. Mas, existe uma tendência de que o futuro religioso do Brasil seja cada vez mais pentecostal e cada vez menos católico e protestante-clássico. Sobretudo em alguns espaços geográficos mais específicos, como as periferias de grandes concentrações urbanas.

O resultado desse avanço, nas teias das relações sociais, para Mariano (p.40), não é, de forma alguma, um potencial transformador das estruturas políticas, culturais e econômicas do país. Porque o pentecostalismo tem um forte viés de acomodação em interesses basicamente centrados no proselitismo religioso mais imediato, com vistas ao reino dos céus. Já Bernardo Campos (2002, p. 83), analisando as etapas de desenvolvimento histórico do pentecostalismo, propõe que para o final do séc. XX e início do século XXI, se constitui uma nova geração de pentecostais que desenvolve certa consciência de responsabilidade social em função de sua herança no pentecostalismo clássico. Diz Campos,

Assistimos assim, na década dos 80, à consolidação de "mentalidades pentecostais contestatórias". A gestação da unidade pentecostal que acompanha os encontros ecumênicos abertos à participação pentecostal - entre eles o conselho latino-americano de igrejas (CLAI) - produzia seus primeiros frutos. Em janeiro de 1988, cerca de trinta líderes pentecostais se reuniram em Salvador, Bahia, para tratar como tema central o ecumenismo e para projetar para o futuro uma vanguarda que permitisse dar ao pentecostalismo latino-americano uma nova fisionomia (Ibid., p. 84).

Campos, fala de um pentecostalismo dividido. Entre esse nível de consciência que brota, em alguns contextos acadêmicos e às vezes eclesiais, de necessidade de transformação teológica e práxis militante, em favor da justiça, da unidade cristã e do debate intelectual não sectário. E outro pentecostalismo - com maior visibilidade e aderência- que está imbuído de uma mentalidade de construção de prestígio social nos moldes da sociedade capitalista e funciona como uma onda de religiosidade escapista. Há um pentecostalismo petrificado no esboço do discurso fundamentalista, que traduz sua prática de fé como sequência de experiências de cunho exclusivamente místico. E há um minoritário e, em parte invisível, pentecostalismo, com indícios de reconfiguração de imaginário a partir de componentes teóricos de uma teologia pública. Falar de uma teologia pública pentecostal, não é o caso. Mas é possível identificar aproximações dos universos cognitivos em questão.

3. Pentecostalismo clássico: liturgia e teologia

O rito é parte integrante da experiência religiosa: é como um agrupamento social expressa suas formas de adesão ao sagrado, pelos caminhos em que esse sagrado pode ser contemplado e inserido no espaço que, normalmente já lhe é peculiar e apropriado para isso (o templo, a sinagoga ou a mesquita). O mito espelha elementos de concretude, quanto à um sentimento de fé, com subjetividade inerente à essa execução, que precisam ser racionalizadas, quando possível. Ao cientista da religião cabe sempre pensar que os conceitos

e atos litúrgicos de uma religião podem ter um sentido explicável, à luz de interpretações racionais, com diálogos com a percepção nascida do próprio mundo da fé.

Croatto (2010, p.329), propõe que o rito é uma “linguagem primária da experiência religiosa”. E que a “ação ritual trans-significa outra coisa [...]”. Ou seja, o rito comunica, enquanto linguagem, significados. E significados específicos, que marcam a singularidade de um ethos religioso, apontando para os sentidos de valores transcendentos. Os ritos, na verdade, respondem por toda a dinâmica da práxis religiosa e podem ser classificados de diferentes formas, como por exemplo, enquanto ritos de passagem em um contexto de uma comunidade religiosa ou ritos de participação em contato com a divindade (CROATTO, p. 357).

O rito é um poderoso elemento de elucidação da vivência religiosa. A forma como se faz orações, os processos de execução dos louvores ao(s) ente(s) metafísico(s), a prática de confirmação pública de entrada oficial do fiel à fé, o cerimonial de explicação do sentido da morte no sepultamento e demais fatos objetivos de uma religião, são rituais para reverenciar a divindade e fornecer identificação dos conteúdos dos dogmas. O rito expressa o conteúdo da fé e a fé verbaliza sentidos explicativos do rito.

O pentecostalismo clássico pressupõe uma ritualística consolidada nos cem anos de sua existência de teorias e fatos. Sua dinâmica cültica tem um foco perseverante na busca de êxtases místicos, de experiências espirituais de transformação possível de uma consciência circunscrita ao imanente e histórico, para uma consciência coletiva impregnada de percepção participativa no “mistério” da transcendência. Ao contrário do culto protestante mais típico, que é conduzido dentro de um ideal de afirmações doutrinárias, constituído pela centralidade do discurso de rigor exegético-hermenêutico proferido pelo ministro respaldado em uma formação acadêmica formal, o culto pentecostal é uma imersão para fora desse domínio racionalizante cartesiano e um atrelamento com concepções taumatúrgicas de constructo ritualístico.

Se as manifestações de culto, nos sistemas religiosos, possuem um ápice de evidência mais decisiva de sua essência, no caso do pentecostalismo clássico, esse ápice revelador de sua singularidade mais efetiva, é o batismo no / com o Espírito Santo, que na teologia cristã consensual representa uma das pessoas da divindade única. É nesta fenomenologia

pneumatológica¹⁴ que o pentecostalismo se afirma como pensamento cristão distinto do protestantismo tradicional e do catolicismo romano. Araújo (*apud* LIMA, BRANDT, BOFF, 2015, p. 76), explica a perspectiva pentecostal do batismo com o Espírito Santo,

A preposição “com” é a partícula grega em, que pode ser traduzida “em” ou “com”. Da mesma forma, “batizados com água” pode ser traduzido “batizados em água”. Uma das doutrinas principais das escrituras é o batismo no Espírito Santo. A respeito do batismo no Espírito Santo, a Palavra de Deus ensina o seguinte: 1) O batismo no Espírito Santo é para todos que professam sua fé em Cristo; que nasceram de novo, e, assim, receberam o Espírito Santo para neles habitar. 2) Um dos alvos principais de Cristo na sua missão terrena foi batizar seu povo no Espírito (Mt 3:11; Mc 1:8; Lc 3:16; Jo 1:33). Ele ordenou os discípulos a não começarem a testemunhas até que fossem batizados no Espírito Santo e revestidos do poder do alto (Lc 24:49; At 1:4,5,8). 3) O batismo no Espírito Santo é uma obra distinta e à parte da regeneração, também por Ele efetuada (...) 4) Ser batizado no Espírito Santo significa experimentar a plenitude do Espírito (cf. At. 1:5;2:4). Este batismo teria lugar somente a partir do dia de Pentecoste. Quanto aos que foram cheios do Espírito Santo antes do dia de Pentecostes (e.g. Lc. 1:15,67), Lucas não emprega a expressão “batizados no Espírito Santo” Este evento só ocorreria depois da ascensão de Cristo (At. 1:2-5; Lc. 24:49-51; Jo. 16. 7-14).

Em oposição às reflexões, que postulam que o fenômeno “pentecostes” é um fato histórico irrepetível, exclusivo da experiência dos apóstolos dos tempos bíblicos, os pentecostais – com maior ênfase no pentecostalismo clássico – estabelecem que a experiência sobrenatural com o Espírito Santo, prossegue na história cristã pós-apostólica e é uma condição para o aprofundamento significativo da fé. O culto pentecostal não é um culto completamente pentecostal, se não houver, amiúde, evidências concretas do rito de iniciação de poder mais amplo para testemunhar sobre a fé, definido como batismo com o Espírito Santo. Tal experiência demonstra sua realidade quando o crente expressa sons linguísticos fora do seu domínio racional. Portanto, “falar em línguas” (como se costuma dizer) seria um dado empírico plenamente corroborador da doutrina em questão, segundo os pentecostais clássicos, sobretudo.

Quando da ocorrência de fatos anunciados como milagres, nas reuniões de culto pentecostal, é compreendida tal possibilidade como resultante do poder do Espírito Santo e do batismo por Ele operado, que capacitou fiéis a ultrapassarem a barreira do natural e propiciar a irrupção do sobrenatural. Sem a consolidação do “batismo”, o sobrenatural, na percepção pentecostal, está travado ou problematizado para agir. É o “batismo” um fator desencadeador de poder, por excelência. Por essa razão, o pentecostalismo se vê como vanguarda do poder

¹⁴Pneumatologia: no sentido mais imediato dos estudos teológicos no cristianismo, é o campo de conhecimento dedicado ao discurso racional sobre a doutrina do Espírito Santo, sua personalidade, natureza, símbolos e poder, a partir dos textos do antigo e do novo testamento.

espiritual no cristianismo. É a ele que pertenceria mais legitimamente a herança dos dons espirituais, de passagens bíblicas como primeira coríntios capítulo 12, versículos de 1 a 11. Enquanto as demais correntes da fé se destacam por tradições de conhecimento erudito sobre o credo, o pentecostalismo se exhibe e se define como o cristianismo, que não tendo erudição, tem milagres de curas, exorcismos e profecias. D' Palma, citado por Boff, Brandt E Lima (2015, p. 82) diz,

O batismo no Espírito Santo abre os receptores para ampla a gama de dons espirituais. Uma olhada na lista principal de dons espirituais (Rm. 12:6-8; I Cor 12:8-10, 28-30; Ef.4:11) revela que a maioria daqueles dons já tinha sido manifestada de algum modo tanto no antigo testamento quanto nos Evangelhos. Os próprios discípulos pré pentecostes foram instrumentos de cura e de expulsão de demônios (Lc. 10.9,17; Mt 10.8), e, mais, um estudo da historia da igreja demonstra que dons espirituais em suas muitas formas foram manifestadas por cristãos de todas as épocas. Além disso, o novo testamento mostra que entre os primeiros discípulos houve uma maior incidência de dons espirituais depois do pentecostes do que antes. Por exemplo, milagres eram realizados através de não apóstolos como Estevão (At. 6-8) e Felipe (At. 8.7) bem como pelos apóstolos. Tanto Pedro quanto Paulo foram instrumentos em caso sem esperança de cura e em situações de ressurreição de mortos. Pedro, com certeza, experimentou o dom da fé quando disse ao homem coxo para caminhar (3.6), bem como o dom da palavra da ciência ao expor o pecado de Ananias e Safira (5.1-10).

O Batismo com Espírito Santo é a causa explicativa da maior intensidade dos milagres na igreja, segundo a cosmovisão pentecostal. A busca por esse batismo é a linha de ação mais articulada nos cultos pentecostais tradicionais. E a presença do batismo efetivada conduziria o pentecostalismo a eternizar os atos dos apóstolos, a época de ouro do cristianismo.

No rito pentecostal clássico, as atividades são marcadas por fervor intenso nas orações. Abertura para extravasamentos emocionais, nos cânticos e testemunhos de conquistas atribuídos ao poder divino. Repetição perseverante de axiomas bíblicos que representariam, nada menos, que a voz de Deus para a congregação dos fiéis. As orações são sentenças verbais, intercaladas com expressões de "línguas estranhas" ou interjeições, como amém e aleluias. Sentenças que explicitam conceitos teológicos (te exaltamos Deus trino), evidenciam gratidão por graças recebidas (todo louvor a Ti, oh Deus) e rogam, por benefícios para este mundo e para o outro (me abençoe Senhor e escreva meu nome no Livro da Vida).

Pentecostais oram com certeza de que são ouvidos por Deus e ocupam bom espaço da vida cristã com essa prática, com suas vigílias de oração. Nos cultos, são comuns os transbordamentos emocionais, com possibilidades de gemidos de glorificação e

concretizações gestuais por conta de êxtases¹⁵. As prédicas são monólogos doutrinários para serem memorizados, interiorizados e aplicados no cotidiano existencial do discípulo. São palavras, proferidas de um lugar já santificado para esse procedimento (o altar), que agem junto aos fiéis como materialização do sagrado. São palavras tidas como autorizadas por Deus, capazes (assim se pensa no pentecostalismo) de gerar conversão ou libertação. A mensagem pentecostal - guardada as diferenciações evidentes - é como a mensagem protestante mais comum. Um discurso que postula submissão a um livro definido como palavra de Deus. Submissão, que por sua vez, exige santidade, garante acesso ao céu e concede poder aos aderentes.

O culto pentecostal é um rito de concepção de poder, de labor evangelístico proselitista e de busca do numinoso dentro de um exercício teísta de fé. Alencar (2000, 2016) diria que o poder é dos pastores, o trabalho é do povo e o louvor fica pra Deus. De fato, o pentecostalismo, frequentemente, estabelece suas estruturas eclesiais sobre um rígido e autoritário esquema episcopal. Instrumentaliza a massa de fiéis na divulgação da fé e promove uma ruptura contrária a que caracterizou a passagem da era pré-moderna para era moderna, quando o teocentrismo cede ao antropocentrismo. Com o pentecostalismo, o teocentrismo revive, não só nos espaços cúltricos, mas também nos espaços de suposto triunfo da secularização antropocêntrica.

É um rito que interpreta o mundo como palco de uma dualidade. Onde o bem e o mal estão em confronto, pelo domínio do imaginário humano. Nas cerimônias de celebração da fé pentecostal, o alvo é expurgar o mal, na figura do demônio ou do pecado. E traçar o caminho de volta da humanidade ao paraíso perdido. No pentecostalismo, o rito funciona com intencionalidade expiatória, para reconfigurar a condição humana, de perdida para redimida.

Tudo isto faz sentido para os pentecostais, pois diz respeito, de alguma forma, ao seu dia a dia, o cotidiano atravessado de males incontáveis e incontroláveis, que precisam ser banidos por uma força maior do que a força de um destino. O culto e a mensagem pentecostal teriam a resposta para esta inquietação diante de tais males. César e Shaul (1999, p. 78) argumentam que [...] “O culto pentecostal tem uma força comunitária e individual que há

¹⁵ Êxtase: O êxtase pentecostal, não é, necessariamente, anulação da razão. É especificamente, um estado de elevação da alma, diante da presença do elemento divino que seduz e encanta. Tillich (*apud* POMMERENING, p. 21) trata o êxtase como a situação em que a mente transcende sua situação habitual.

muito as grandes correntes do protestantismo parecem haver perdido. Para os pentecostais, as coisas escutadas, afinal são também as coisas vistas”.

Deus e o diabo estão ali bem próximos do drama existencial humano. É o que o pentecostalismo diz. É o que o fiel tem como intuição em seu senso comum religioso. O pentecostalismo sistematiza essa ideia. E sua ritualística se apresenta como eficaz para agradar a Deus e providenciar triunfo sobre as tentações, opressões e possessões do demônio. César e Shaull, mais adiante ponderam que:

O pentecostalismo, igualmente importado nas suas origens no continente, adotou, no entanto, um estilo simples, mais chegado ao povo, estimulou sua participação, cultivou seus ritmos, fez dos convertidos novos missionários e pregadores. A evangelização pessoal dispensa maiores estudos ou uma longa formação teológica. Fluiu com força de uma experiência (e decisão) pessoal. A mensagem é de fácil absorção intelectual. Doutrinas evangélicas menos anunciadas nas igrejas mais antigas constituem justamente as ênfases da fé dos crentes mais simples. Em lugar da rotina de uma liturgia repetitiva, o culto pentecostal passa do trivial aos fantásticos. Em vez de uma solenidade estática, o improvisado da alegria individual e coletiva. Como experiência religiosa, o pentecostalismo representa um prolongamento ritualizado do evento pentecostal original (Atos 2, 10 e 19), cuja pretensão em necessidade são a de expressar a essência do cristianismo - neste caso, a "pentecostalidade fundante" - na intensidade de uma espiritualidade repetitiva da vida crista primitiva (1999, p. 126).

O culto pentecostal é um rito de várias faces, com intensa capacidade geradora de contrição, ao mesmo tempo em que expressa vivências lúdicas. Apropriado para uma sociedade com tantas razões de sofrimento e dor, mas também uma sociedade motivada por esperanças messiânicas, que celebra com intensidade sua fé, seja no contexto das romarias católicas ou no contexto de celebrações evangélicas como as marchas para Jesus. As várias faces do rito pentecostal se articulam com propriedade ao ethos do povo brasileiro, em certas perspectivas.

3.1. A teologia pentecostal: fundamentalismo, moralismo e avivalismo

O imaginário de fé pentecostal clássica - sua teologia - é, em larga medida, uma reafirmação dos fundamentos epistemológicos do protestantismo. Se articula, sem problematizações significativas, com as Solas Fide, Sola Escripura, Sola Gratia, o ideal de sacerdócio universal dos crentes e uma culminância no conceito de Soli Deo Gloria. Não há distinção entre protestantismo e pentecostalismo nesses pontos.

A teologia pentecostal clássica é a ramificação avivalista do fundamentalismo protestante. Existe, no espaço de fé do protestantismo, uma vertente definida como

tradicional, que prega um ideal cessacionista relativo à era apostólica com sua intensa manifestação de milagres, com outra vertente que é a pentecostal. Afirmadora da contemporaneidade dos dons espirituais e da profusão de milagres.

O fundamentalismo (em todos os seus horizontes religiosos) é uma reação aos valores mais cruciais da modernidade, como pluralismo, cientificismo, secularismo, relativismo e materialismo. Denuncia, a partir de certezas religiosas expostas com discursividade inquisitorial, as forças culturais citadas, como destrutivas da herança judaico-cristã no ocidente (no caso do fundamentalismo cristão). Pois a pluralidade /como afirmadora de muitas verdades, a ciência como contestação da fé literal (Darwinismo contra Criacionismo), a secularização que tornou subjetiva a voz de defesa do sagrado como um imperativo inquestionável e a relativização que cerca os dogmas de dúvidas, seriam alicerces que conspiram contra a vontade de Deus para a humanidade. O saber fundamentalista, se apresenta como uma defesa apaixonada dos princípios considerados mais essenciais da fé cristã. É uma ideologia bélica, que se instaura em nome de exclusivo domínio da verdade.

Velásquez e Mendonça (2002, p. 139) elucidam,

O que é o fundamentalismo? Não se pode dar definição satisfatória de um vasto movimento teológico como este. Realmente, em suas linhas internas, o fundamentalismo não busca o novo, mas tenta recuperar o velho, o tradicional. Seu objetivo é preservar as bases da fé cristã contra novas formas de pensamento. Seu desafio foi o liberalismo teológico de fins do sec. XIX; do confronto com essa corrente o fundamentalismo ergueu seus alicerces. Foi uma reação, não uma ação.

O fundamentalismo produz uma teologia sistemática rígida. Sem flexibilidade para o diálogo com as ciências humanas. A própria ideia de diálogo é uma ameaça a estabilidade do sistema. Sua sina é ensinar e não aprender. Não há no fundamentalismo - seja no âmbito político ou religioso - concordância possível com a necessidade da divergência, como condição para o avanço da inteligência. Na religião, então, todos os fundamentalismos são ainda mais problemáticos, porque não falam em nome da mera autoridade terrena, mas de uma autoridade divina. A dúvida é banida.

O cumprimento das profecias bíblicas é um exemplo que ilustra o espírito fundamentalista. A ideia de um retorno corpóreo e literal de Cristo, para inaugurar uma nova dimensão existencial da humanidade. Outro elemento que ilustra a mentalidade fundamentalista é a ênfase num discurso de consolidação moral como padrão universal. Desconfiança para com as manifestações do saber científico. E aprisionamento do discurso

dentro de uma lógica unilateral de compreensão dos fatos. O pentecostalismo clássico percorre, na história das ideias cristãs, um caminho em perfeita simbiose com o fundamentalismo. Com ainda poucas (expressivas) exceções.

As Assembleias de Deus, publicou uma declaração de fé, organizada por Esequias Soares da Silva. Em 2017, a CPAD, introduziu no mercado, a segunda edição da declaração. O livro inicia a tarefa de divulgação do pensamento pentecostal, com uma confissão de dezesseis artigos (2017, p. 21-23) que sustentam: a inspiração verbal e plenária¹⁶ das Escrituras, a doutrina da trindade, a morte vicária e expiatória de Cristo, a personalidade divina do Espírito Santo, a pecaminosidade dos seres humanos, a necessidade de experiência salvífica, a justificação pela fé no sacrifício de Cristo, a igreja como corpo místico de Cristo, o batismo como rito de iniciação, a santificação que resulta da fé, o icônico batismo com o Espírito Santo, atualidade de todos os dons, o segundo advento de Cristo, os juízos finais e termina, ratificando, o compromisso de defesa do casamento heterossexual, como ensinado no livro de Genesis, sugerindo uma preocupação com o assunto, que exigiu um destaque no texto. Cada ponto desta confissão é elaborado a partir de referências bíblicas. O típico biblicismo protestante popular, fala alto. O que diferencia, a confissão assembleiana, dos credos protestantes históricos, são os pontos que fizeram a fama e a glória do movimento da rua Azuza: uma obra atribuída ao Espírito Santo, para além da ação na salvação e santificação. O poder operante dos dons espirituais. A fé insistente em cura divina. E uma escatologia futurista, pré-milenista e pré-tribulacionista. A declaração de fé, termina com um interessante apêndice, citando os Credos dos Apóstolos, Niceno, Niceno-constantinopolitano, de Calcedônia e de Atanásio. Evidenciando uma certa consciência de historicidade.

As Assembleias de Deus e também a Congregação Cristã no Brasil, são denominações pentecostais clássicas, com uma teologia fundamentalista. Apoiadas em sentimentos de moralidade extremamente conservadores e vinculadas à um Ethos cútico avivalista, onde eventos inusitados de sobrenaturalidade são aguardados com avidez e (quase) irrestrita credulidade. Este fundamentalismo, enclausurou (quase por inteiro) o pentecostalismo clássico. Dificultando diálogos com a cultura em geral e as religiosidades em particular. Promovendo distanciamento da fé das ciências humanas e assim criando um olhar

¹⁶ Inspiração verbal e plenária: a inspiração, no vocabulário da teologia cristã, se refere à forma como Deus capacitou seres humanos para o registro da verdade revelada. Quando se diz que a inspiração é verbal, isto significa que todas as palavras dos autógrafos (os manuscritos originais) foram inspiradas. Portanto, em caráter pleno, a Bíblia é inspirada. Assim ensina o fundamentalismo protestante de todas as matizes.

exclusivamente religioso sobre a religião. A tragédia do fundamentalismo reside em seu fomento as guerras santas e intolerância, suplantando o potencial da religião para criar relações sociais de amor, paz, solidariedade e fraternidade.

Bonino (2003, p.55), retratando a teologia do pentecostalismo indaga: "Existe uma teologia pentecostal? [...] é necessário levar em conta as variações teológicas existentes dentro do pentecostalismo [...]". Entretanto, prossegue Bonino, propondo quatro eixos que unificam o pensamento teológico pentecostal, clássico:

A salvação, pela graça de Deus, obtida pela morte vicária de Jesus Cristo - o sangue redentor - e recebida pela fé. Aqui é central a experiência de conversão (...).O batismo do Espírito Santo, interpretado como uma "segunda experiência", testemunhada pelo "dom de línguas" e vinculada à santificação, que às vezes é entendida como um processo de crescimento e outras como um dom divino concedido numa experiência única e definitiva. Embora nem todos os pentecostais atribuam o mesmo peso ao "dom de línguas", para todos o "receber poder" é central para o batismo do Espírito ou no Espírito. A saúde divina, como promessa para todos os crentes, que se torna realidade na comunidade da igreja, habitualmente mediante a oração e a imposição de mãos. Deve-se reconhecer que a ênfase na saúde não é igual nos diversos ramos do pentecostalismo. Uma escatologia apocalíptica, quase sempre pré-milenarista, cujos sub temas costumam ser: a ressurreição, a segunda vinda e o reino milenar, o juízo e o reino eterno (Ibid., p. 55).

O pentecostalismo (clássico) tem sim uma proposição teológica, que busca na Bíblia a fonte de inspiração. Se apropria de traços centrais do protestantismo europeu moderno - reformado e wesleyano - e da experiência dos "avivamentos" nos EUA no século XIX, com sua ênfase em uma "teologia do Espírito" (BONINO, p. 56). Produz visão "maniqueísta" da realidade, opondo, por exemplo, a igreja ao mundo, o bem ao mal, etc. [...] e caracteriza o âmago da fé como a iluminação do próprio Espírito na mente do crente, que com sua Bíblia na mão, está pronto para ter encontros com Deus e pregar sua mensagem.

Interessante é perceber os paradoxos que a consciência pentecostal efetiva. Bonino cita Droogense afirma que:

a) A fé pentecostal reabilita os leigos por meio dos dons do Espírito Santo. Não obstante, há igrejas com uma forte estratificação e determinação do poder; b) Há ampla possibilidade de expressão emocional num contexto de uma direção rígida, com um discurso fundamentalista; c) Os pentecostais rejeitam esse mundo [...]. Ao mesmo tempo, [...], são vistos como cidadãos [...] exemplares; d) [...]Evitam a política...algumas igrejas intervêm ativamente na política [...]; e) As pessoas aparecem rejeitando a sociedade e esperando a vinda de Cristo, mas também comprometidas com o aqui e agora; f) Por um lado, as mulheres ocupam um papel central na vida congregacional, e, não obstante, formalmente sua posição subordinada é justificada com a Bíblia na mão(DROOGERS 1991 *apud*, BONINO, 2003, p. 62).

O pentecostalismo tem um mito fundante, que evidencia para si mesmo ser uma manifestação de cristianismo que responde com ortopraxia "viva", o que só existe como ortodoxia em outras correntes cristãs. Estas significariam a letra e o pentecostalismo, o Espírito. O logos da filosofia grega, que firma o pensamento científico ocidental, não tem no interior do pentecostalismo uma acolhida de entusiasmo intelectual. O carisma e o misticismo crônicos são suficientes para corroborar a fé no senso comum pentecostal. Passos explica o que acontece:

O princípio do carisma funda e expande, o grupo e democratiza os papéis; os sujeitos religiosos constroem o sistema religioso a partir de suas experiências religiosas pessoais, eliminando qualquer referência à apostolicidade, enquanto fonte teológica de poder religioso, e à tradição, enquanto sistema doutrinário; a interpretação do texto está igualmente referida ao horizonte cultural dos sujeitos religiosos, dispensando maiores erudições advindas das ciências bíblicas e, até mesmo, de um tratamento lógico-linguístico básico. Essa popularização do cristianismo abriu, de fato, uma frente em sua história de tal forma que extrapolará as fronteiras estabelecidas de seus territórios institucionais, constituídos originalmente sobre as matrizes da instituição religiosa judaica e do pensamento grego, e, a partir da Reforma, sobre alguns pilares da própria modernidade, sobreviveram por dentro da dinâmica de racionalização que marca a história do Ocidente. O princípio da razão Logos estruturou a doutrina e seu estudo, a organização e sua legitimação, os ritos e suas rubricas, a ética e seus códigos disciplinares, criando e recriando as chamadas igrejas históricas cristãs. O cristianismo popular pentecostal rompe, ao menos, em suas intencionalidades fundantes, com essa regra de racionalização das instituições cristãs, estando referenciado mais pela experiência emocional, a partir da qual a vivência e a organização dos grupos dão-se pela fruição de sentimento contínuo da experiência mística imediata dos sujeitos (PASSOS, 2005, p.52).

A teologia do pentecostalismo clássico já tem um passado de natureza pietista, avivalista e fundamentalista. Tem um presente de neopentecostalização assediando sua mensagem. Mas, também um presente que converge para um horizonte de teologia pública como apontam as atividades acadêmicas da rede Latino-americana de Estudos Pentecostais (RELEP). O futuro, este continuará a ver mudanças no panorama religioso brasileiro por conta dos diversos pentecostalismos. O clássico inclusive. O movimento religioso polissêmico, que chamamos de pentecostal, é uma das formas de decifrar os sentidos da sociedade brasileira com sua cultura religiosa efervescente.

CAPÍTULO II

FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS DE UMA TEOLOGIA DE COMPROMISSO SOCIAL: A RELIGIÃO COMO FORÇA DE TRANSFORMAÇÃO

1. Origem histórica da teologia pública

A religião pensada e vivenciada no contexto da vida social mais ampla, é o ponto de partida de um ideal de teologia pública. Na verdade, toda experiência de fé funciona dentro da dinâmica de uma comunidade, interferindo nela e sendo moldada por ela. Todas as religiões são parte de um processo histórico. Nasceram na história, percorrem a história e acabam por ser o que são em função da história, concretizando o /seu ethos em um tempo espaço específico e sendo transformadas dentro de tempos em espaços específicos.

A teologia cristã em particular, desde sua origem, tem evidenciado um potencial significativo de atuar no espaço público, com uma mensagem de valorização da ética a partir da concretização de valores como justiça, como diz o evangelho de Mateus 5:20: “Se a vossa justiça não exceder em muito a dos fariseus e escribas, de maneira nenhuma entrareis no reino dos céus” (BÍBLIA, 1998). E valores como solidariedade, como diz o evangelho de Marcos 12:31 “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (BÍBLIA, 1988). Justiça e solidariedade são conceitos determinantes na esfera da teologia pública, mas preocupada com a relevância da fé para a dignidade humana e com os diálogos entre as culturas para firmar a democracia, do que com a vida no além.

O cristianismo tem configurado vertentes de fé - em meio a vertentes de índole sectária e excludentes - participativa de anseios de concretização de espaços e consciência de cidadania, como o movimento pelos direitos civis liderado pelo pastor protestante Martin Luther king Júnior, em sua luta por justiça entre as raças ou as comunidades eclesiais de base católicas no Brasil recente. Não está fora da índole do cristianismo histórico a compreensão da fé como teologia de transformação social.

A expressão “teologia pública” está associada, de início, ao teólogo (MARTI,1974, *apud* PANNOTTO, 2015, p. 85) ao refletir sobre o pensamento político religioso do teólogo neo-ortodoxo¹⁷ R. Nierbur. Com David Tracy (2006), o conceito terá um aprofundamento

¹⁷ Neo-ortodoxia: movimento teológico de cunho protestante, associado a teólogos europeus como Paul Tillich e Karl Barth, entre outros, que se caracteriza por aproximar o conteúdo da fé cristã, com uma expressão de

reflexivo sobre seus significados. Segundo Panotto “basicamente, a teologia pública é um ramo que leva a discussão teológica a um campo mais amplo junto a teoria política, trabalhando elementos em torno da ética social, a democracia, a relação entre religião e Estado, entre outros” (PANOTTO, 2015, p. 87). Portanto, a teologia pública é uma questão de elaboração de um discurso que almeja dar conta dos fatores mais amplos que compõe a (des) ordem social, para evidenciar esquemas de injustiça e valorizar os direitos humanos. Ou seja, dentro de cada particularidade histórica, um universo de teologia de transformação da ordem pode ser estabelecido, para junto com os outros saberes religiosos ou não, discutir a realidade e os rumos dos grupos sociais presentes. Não se trata da existência de uma teologia pública universal, mas a possibilidade de manifestações de teologias públicas para atuar na diversidade de cenários culturais dos povos e comunidades. Trata-se de um compromisso com a esfera pública, para construir percursos não para o céu exclusivamente, mas para uma sociedade humana com mais amplas afirmações de fraternidade.

Segundo Sinner, existem alguns fatores imprescindíveis para definição desse tipo de ação teológica. Primeiro, que é próprio da teologia cristã, ser necessariamente pública. “O culto cristão é público, nomeadamente a proclamação da boa nova do evangelho” (SINNER, 2011, p. 32). Uma teologia pública não se restringe aos interesses confessionais da comunidade de fé, mas se articula em função de interesses sociais mais amplos. Sobretudo na esfera de sua atuação acadêmica. Que na teologia pública, a ideia de Deus melhor se coaduna com a valorização da pluralidade cultural e o esforço da paz e da solidariedade da parte de todos. E por fim, um olhar marcado por sensibilidade face ao bem comum, para oferecer contribuições na construção de posturas éticas, aplicadas a política, a economia e a própria convivência religiosa e social. Cavalcante diz:

Sendo assim, a teologia não está e nem pode estar absorpta em si mesmo de maneira absoluta. A verdadeira teologia foi chamada por Juan Luís Segundo de “teologia aberta”. Nessa concepção, a teologia não trata apenas de Deus e esfera do transcendente. A interpretação teológica entende-se a toda realidade, a tudo quanto existe. A teologia está, portanto, impedida por questões vocacionais de tratar apenas de temas da realidade transcendentes ou presas a espaços supra-históricos, onde seriam construídas as inúmeras doutrinas cristãs. Todo revelado é histórico, no sentido de acessível a razão humana concreta (...) (CAVALCANTE, 2011, p.138).

No presente tempo histórico, na modernidade, a teologia de transformação social, como pensamento e ação na dimensão pública, é um feito promissor, à medida que apontaria para os aspectos negativos de um triunfo fundamentalista, insensível à tolerância, dentro de uma sociedade fincada em irreversível multiculturalismo e atuaria para concretizar possibilidades de diálogos construtivos entre os sistemas religiosos em busca de democracia e paz. Esta é a crítica e o intento das teologias públicas, como movimento teológico contemporâneo.

O cristianismo brasileiro, em suas ramificações católica, protestante e pentecostal (em menor grau), apresenta evidências de reflexão intelectual nos limites de uma autêntica teologia que milita em prol de uma sociedade mais fraterna, quando o elemento confessional-apologético cede lugar a discursos e diakonias associados a uma agenda com temas como direitos humanos, a unidade cristã e ecumênica e aproximação da teologia ao mundo das ciências humanas. Como ocorre no contexto da teologia da libertação, do movimento de missão integral e dos encontros da rede latino-americana de estudos pentecostais.

Segundo Eneida Jacobsen (2011) a teologia pública se constitui em três níveis de abordagens, uma de caráter teológico propriamente dito, ressaltando a “natureza pública” do Deus que se revela a humanidade e a convocação da igreja para explicitar a fé em palavras e ações, o que é feito em um mundo real de relações humanas. O outro nível é definido como filosófico-existencial, onde a teologia sai em busca de universalidade e contextualização para expor seu conteúdo de fé, que precisa dialogar com as questões objetivas da existência humana. E o nível factual, de percepção sociológica, que seria uma reflexão crítica sobre o modo como a fé cristã se manifesta no espaço público. Segundo Jacobsen (2011, p. 59) “Caberia, portanto, à teologia pública buscar entender a relação entre as convicções cristãs e os contextos sócio culturais mais amplos”. Jacobsen esclarece que a religião extrapola o limite da convicção íntima e particular. Ela articula uma face externa, repercutindo uma presença pública. Através das instituições e indivíduos que lidam com as questões de determinada realidade sócio-política, oferecendo respostas a partir de seu lugar de religiosidade (STACKHOUSE, 2007 *apud* JACOBSEN, 2011, p. 60).

Outro aspecto importante na discussão sobre teologia pública diz respeito ao público consumidor da mensagem. Tracy (2006, p. 27) propõe que os públicos do discurso teológico são: a sociedade, a academia e a igreja. A sociedade, constituída de três domínios, tecnoeconômico, político e cultural. Assim ele diz,

O domínio da estrutura tecnoeconômico ocupa-se com a organização e alocação de bens e serviços. Essa estrutura dá forma aos sistemas de ocupação e estratificação da sociedade via tecnologia para fins instrumentais:

1. O domínio do político dedica-se aos significados legítimos da justiça social e do uso do poder. Isso implica o controle do uso legítimo da força e a regulamentação do conflito (nas sociedades libertarias no âmbito de vigência de lei), visando concretizar as concepções particulares de justiça corporificadas nas tradições ou na constituição de uma sociedade;
2. O domínio da cultura - principalmente, mas não unicamente, arte e religião - e da reflexão sobre ela nas várias formas da crítica cultural, filosófica e teológica tem a ver com expressões simbólicas. Essas expressões, quer originárias (como na arte ou na religião) quer de reflexão sobre os símbolos (como na crítica da arte ou teologia) tentam explorar e expressar o sentido e os valores da existência individual, grupal e comunal. [...] o domínio da cultura proverá os indicativos para os ethos da vida de uma sociedade (isto é, o tom, o caráter e a qualidade da vida – seu “estilo”) e a cosmovisão correlata (isto é a imagem que a pessoas tem de como as coisas são na realidade, suas ideias mais abrangentes a respeito da ordem). Todas as análises culturais, incluindo a teologia concentraram sua atenção nas relações entre ethos e visão de mundo (TRACY, 2006, p. 27).

No âmbito do domínio tecnoeconômico, Tracy denuncia uma certa inépcia de valores articulados na tecnologia para estabelecer rumos para a política e a cultura, no que tange o universo mais amplo da sociedade, com vistas a afirmação de cidadania efetiva para todos. O domínio político retrata a situação da justiça/injustiça social e do exercício do poder na sociedade. E o domínio da cultura se referindo a formação de uma consciência interpretativa da vida em comunidade. No domínio da cultura, a religião ocupa um papel mais decisivo de atuação, explorando explicações do mundo e criando imaginários na teologia que produz consciência crítica na ética e na política.

Jacobsen identifica a existência de três formas de pensar uma teologia pública: confessional, dogmática e apologética. Na confessional é construído um discurso que tematiza os problemas públicos, para consumo da comunidade de fé, não por interesse ao debate intelectual ou expectativas de transformações políticas. A linha dogmática, visita o espaço público fechada em seu currículo de convicções doutrinárias que atribui valor de superioridade as próprias ideias e se dispõe a influenciar a opinião pública para que pensem da mesma forma. E por fim, o modelo apologético que Stackhouse trata como o mais adequado para a plenitude de uma teologia pública, pois concebe as perspectivas do exercício da fé como manifestações que podem e devem ter uma característica de sensatez para todas as pessoas. É uma questão de formar um discurso teológico que apela para uma postura de racionalidade e responsabilidade dos seres humanos em caráter de aceitação universal e não etnocêntrico e exclusivista. Esta concepção do modelo apologético de teologia pública, pensa

que os conceitos vigentes no saber teológico devem ser ouvidos tanto na tradição religiosa – em si- quanto na situação existencial do teólogo e sua comunidade de fé. Fazer uma teologia contextual é o propósito orientador da teologia pública. Seja para ampliar a reflexão no mundo teológico, em direção a temas de interesse comum na sociedade, seja para atuar na sociedade com discurso crítico, com trabalhos acadêmicos e sociais contra o racismo, pobreza ou machismo. Portanto, uma busca contínua de relevância para a teologia na pluralista sociedade contemporânea (STACKHOUSE, 2007 *apud* JACOBSEN, 2001, p. 2003).

A formação teológica no Brasil protestante carece muito de consciência do papel transformador que a teologia pode exercer, para efetivar justiça social, com algumas exceções, como a denominação luterana que através de sua faculdade, é uma das fundadoras da rede global de teologia pública, criada em 2007, na América do Norte. Mas também há horizontes mínimos de teologia pública que se expressam nos demais contextos eclesiásticos evangélicos, inclusive no pentecostalismo, quando indivíduos encontram um sentido de dignidade humana na aderência à fé. E através dos encontros e publicações da rede latino-americana de estudos pentecostais, onde intelectuais de origem e vínculos pentecostal debatem temas mais típicos de uma teologia pública, em simpósios com grupos de trabalho discutindo ministério feminino, ética social e outros temas contemporâneos.

Zabatiero (2011) propõe pensar em uma “dimensão pública da teologia”, que torna mais compreensível o que é o projeto da teologia pública. Entender a si mesma como uma postura intelectual que não detém o monopólio da verdade, mas que deve discutir com outros atores da cena sócio-política, para ensinar e aprender, enquanto sinaliza possibilidade de democratização de padrões de cidadania.

1.1. Perspectivas das teologias públicas na sociedade contemporânea

O mundo contemporâneo com sua diversidade cultural legítima, requer dos saberes existentes uma postura de abertura para o diálogo e respeito democrático a essa diversidade. A teologia é, portanto, chamada a essa consciência para manifestar sua voz e ser ouvida. J. M. Vigil diz:

Uma teologia que queira dirigir sua palavra a sociedade, ao mundo, à humanidade, já não pode fazê-lo se limitando e utilizando apenas as referências provincianas de sua própria confissão, levando em consideração somente sua visão confessional, utilizando somente a referências a seu próprio patrimônio simbólico. Expõe-se não só a não ser entendida, mas a não ser se quer entendida. A sociedade plural, a consciência social, e a opinião pública – e até

diríamos, o “subconsciente coletivo social” – introjetam tanto o fato inevitável da pluralidade como os direitos e obrigações do pluralismo. Quem quiser se colocar fora desse reconhecimento, se auto marginalizar, não será atendido e provavelmente também não entendido (VIGIL, 2011, *apud* CUNHA, 2016, p. 244).

A confessionalidade do discurso teológico específico é inevitável. Mas, no discernimento de uma teologia com ideais de diálogo na arena pública, essa confessionalidade, não é um fator único de uma teologia e nem o mais essencial. E sim, a consciência de inserção na condição humana como um todo, levando em conta as estruturas da política, da economia e da cultura que formam o ethos de uma sociedade. Essa forma de fazer teologia, dentro da complexidade do multiculturalismo ocidental, significa não só uma redefinição do objeto-alvo da teologia. Mas também requer um novo agente produtor de teologia atento as condições de uma sociedade desigual e sensível ao pensamento dialético que se abre para uma construção de sentido mais amplo. Cunha (2016, p. 261), sustenta que “a teologia pública está identificada com uma comunidade religiosa, mas não se restringe a ela [...] ela milita pelo direito de todos [...] em busca de condições de vida melhor para os seres humanos [...]”

Trabalhando o pensamento de Sinner, Cunha (2016) explica que a teologia pública no Brasil se desenvolve em quatro perspectivas bem nítidas. Num primeiro momento, é um discurso sobre Deus, no espaço de uma sociedade plural. Por si só isso seria teologia pública. Outra perspectiva, busca estabelecer apontamentos da teologia protestante liberal como Paul Tillich, para contradizer os diversos rumos do fundamentalismo evangélico. Superando o sectarismo por um senso teológico crítico e motivador de tolerância e práxis libertadora. Uma outra perspectiva é representada pela busca de convergências com pressupostos filosóficos e sociológicos das ciências humanas, tirando a teologia de um gueto cultural e a pondo na atmosfera intelectual dos debates acadêmicos. Onde a religião tem direito democrático de existir e o desafio de não impor “verdades”. E perspectivas que se conectam ao tema da cidadania. Direcionar o conteúdo da fé para práticas humanistas. Solidificadas em padrões éticos que corroborem a justiça e a solidariedade. A teologia configurada com posturas pragmáticas, reconhecidas como legítimas dentro de um mundo social com convicções distintas para efetivar conceitos.

A teologia pública, segundo (SINNER, 2012) evita a concepção de que o mundo é irremediavelmente corrupto, sem possibilidade de transformação e evita a concepção de dominar estruturas de poderes políticos para impor uma cosmovisão religiosa à sociedade.

Deve sublinhar uma esperança mobilizadora de sentimentos utópicos e abdicar de toda prepotência ideológica.

A teologia deve estar na academia e na sociedade. Articulada a um viés interdisciplinar crítico e autocrítico, ampliando os parâmetros de compreensão do destino humano comum, entre crentes de uma fé, crentes de outras manifestações de fé e não crentes. Ao ampliar essa compreensão, interfere positivamente no recuo do preconceito e dos conflitos entre as religiões e entre o religioso e o não-religioso. A EST luterana, e a Unisinos jesuíta, explicitam uma experiência acadêmica que sinaliza essa forma de percurso teológico com maior consistência institucional e aprofundamento teórico, no Brasil.

1.2. Teologia pública e teologia da libertação

A teologia da libertação ocupou um espaço significativo no campo do conhecimento mais progressista dentro do cristianismo nas últimas décadas do sec. XX. Com seu discurso de identificação da fé com as causas e reivindicações das camadas sócias excluídas no sistema capitalista, a TDL concretiza uma consciência teológica que solidifica rumos de teologia pública. A medida que seu vínculo mais decisivo se associa a promoção da justiça social. Portanto, parte significativa do ideário da teologia pública compartilha sentimentos e ações inerentes ao modelo de teologia da libertação. É viável supor que a teologia da libertação é uma forma de teologia pública, com um posicionamento político revolucionário, por seu diálogo intenso com o marxismo. Enquanto o conceito de teologia pública é mais abrangente e não necessariamente centrado na política de lutas de classe. A questão é essa:

A metodologia proposta pela teologia da libertação teve certamente, um papel fundamental na publicidade almejada pela teologia pública. As mediações sócias analíticas da TDL trouxeram para dentro da reflexão teológica as questões sócio emergentes e, ao mesmo tempo, lançaram a discussão teológica para o espaço social e político. A publicidade da teologia na América Latina fê-la não somente mais visível no mundo a fora mais também mais confiável como reflexão socialmente comprometida e academicamente séria (...) as igrejas que assumiram a TDL e o desafio da “opção preferencial pelos pobres” foram de fato, “laboratório de investigação e produção teológicas responsáveis por lançarem a reflexão teológica para a sociedade” afirma Décio passos. A teologia pública retoma muitas intuições da teologia da libertação na América Latina. A TDL preparou a base para uma forma de pensamento que sustenta de forma plausível a importância fundamental do aspecto contextual da teoria, especialmente em vistas de suas dimensões econômicas, políticas e sociais (CUNHA, 2016, p.278).

A agenda da teologia pública amplia a agenda da teologia da libertação. Incorpora a temática de uma ética voltada para a justiça sócio-econômica, mas assume outras dimensões

discursivas para efetivar o valor da tolerância face à diversidade, com a preocupação de legitimar todas as instâncias de construção de paz, liberdade e solidariedade, combatendo mecanismo de desumanização na sociedade.

A teologia pública lida com a clareza da existência de uma “esfera pública” no sentido proposto por Habermas:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos [...] a esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo [...] (HABERMAS, 1997, p. 92).

A partir deste pressuposto identificamos que as religiões são partes do jogo social e podem contribuir de forma positiva na sociedade, com dinâmicas de afirmação de cidadania. Neste espaço social, a linguagem teológica deve ser o mais universal possível (não-sectária). Não ocupar o espaço social com motivações catequéticas, mas com empenho de contribuir para um mundo melhor para todos e não só para alguns. Uma perspectiva ecumênica deve fazer parte de uma autêntica teologia de transformação social, juntamente com uma práxis eclesial inclusiva, com abertura para o diálogo crítico e compreensão das contradições e expectativas existentes na ordem social em que atua. A postura adequada da teologia, neste contexto, é não se enclausurar em seus dogmas e herança histórica de fé, mas discernir a possibilidade de seu próprio enriquecimento cultural, quando assimila discursos e debates ideias, sem preconceitos. Segundo Cunha (2016, p. 283) “a teologia cristã enquanto reflexão pública carrega o discernimento e abertura dialogal como características próprias de um conhecimento maduro e disposto a se contextualizar”. Moltmann, propõe que,

A teologia pública é necessária não apenas na apresentação no meio público, mas também, para colocar as coisas públicas (*res publica*) na luz do reino vindouro e da justiça de Deus. Quando essa for a nossa firme vontade, encontraremos em todas as discussões públicas, por exemplo, sobre a justiça social, sobre a liberdade das mulheres [...] dimensões teológicas inexploradas. Não cabe uma teologia pela causa de Cristo esconder-se atrás dos silenciosos muros das igrejas. Seu lugar é no meio dos campos de conflito do mundo (MOLTMANN, 2004 *apud* CUNHA, 2016, p. 286).

Neste contexto de conflito no mundo, a teologia adquire a maturidade e o aprendizado necessários para ser teologia de relevância social mais ampla, sendo desafiada a prestar um testemunho de fé que potencialize ações de ética solidária nas relações humanas,

posicionando-se não só diante das questões da eternidade, mas diante do racismo, da exclusão, da corrupção política e outras mazelas no cotidiano real dos seres humanos. Não uma teologia que foi feita desde sempre, mas que se refaz nas circunstâncias de modificações do cenário histórico.

As convergências entre teologia da libertação e teologia pública passam pela consciência do produtor, que compreende a natureza da teologia como uma possibilidade factível de analisar criticamente modelos de vida social, para atuar na restauração da ordem e reiterando conteúdos de justiça e sempre ressaltando o valor da dignidade da vida humana aqui e agora. E também pela opção de fazer teologia com o predomínio de temas mais pautados pelo imanente do que pelo transcendente.

No entanto, a teologia pública comporta uma discussão mais ampla sobre o papel da teologia em uma sociedade pluralista sob forte impacto da cosmovisão cientificista e secular. A teologia da libertação é uma peça dessa engrenagem teológica mais holística¹⁸. Com a atuação mais específica na esfera político-econômica. Na teologia pública, o que se busca não é necessariamente uma politização entre esquerda e direita, mas um percurso da inteligência teológica seja na arte, na política, na economia, na educação ou na ecologia, que celebre os direitos humanos em todos os contextos em que uma sociedade se organiza.

Há diversas teologias públicas em processo de legitimação de sua forma de ser. Cunha tece observações sobre tal processo:

Os caminhos possíveis e necessários para a legitimação pública da teologia são: no âmbito acadêmico em diálogo com outros campos do saber; no âmbito político, em diálogo com as problemáticas educacionais e sociais; no âmbito religioso, em diálogo ecumênico e inter-religioso, em busca de uma ética global e paz mundial e, por fim, no âmbito teológico, isto é, seu estatuto epistemológico, enquanto saber científico no espaço público (CUNHA, 2016, p. 377).

O paradigma da teologia pública se evidencia com plena nitidez no circuito acadêmico. Mas com escassa presença nas identidades eclesiais institucionais. Seu alvo é conectar universidade, igreja e sociedade, com a tarefa de teologizar com base no discurso crítico diante de um mundo que segrega e diálogo com ciências humanas, por intermédio de agências e agentes religiosos que expandem discursos de paz, justiça e respeito para todos.

¹⁸ Holística: palavra que traduz a ideia de busca de um entendimento integral dos fenômenos, dos contextos aqui utilizados.

1.3. Desafios de uma teologia de transformação social

A teologia pública representa hoje um espaço de reflexão, fincado em contextos internacionais, através de dezenas de institutos de pesquisa que compõe a *Global Network For Public Theology* e seu órgão de divulgação, *The International Journal Of PublicTheology*. No Brasil, desponta como opção de teologia crítica e libertadora na análise da sociedade. Em 2008, neste sentido, foi realizado um simpósio internacional sobre teologia pública na América Latina, sob os auspícios de Instituto Humanitas e da Faculdade EST. Confirmando a viabilidade de ampliação da pauta do discurso teológico, em coerente debate com o conjunto de opiniões e saberes vigentes sobre as teias políticas, econômicas e culturais da ordem social em que as comunidades de fé estão inseridas. O simpósio tratou de três linhas temáticas: Teologia e sociedade, Teologia e universidade e Teologia e cultura, com a participação de teóricos como Rudolf V. Sinner, Max Stackhouse, Nico Koopman e Luis T. Susin. Os princípios norteadores de uma autêntica teologia pública são bem elucidados na percepção proposta por Stackhouse,

Qualquer teologia capaz de tratar do futuro deve ir além de particularidades confessionais, de histórias exclusivas e de campos privilegiados do discurso [...] Teologia adequada às mudanças cosmopolitas que nos aguardam deve ter também uma outra dimensão: ela deve desenvolver uma ética social do mundo emergente no qual democracia, direitos humanos e uma economia mista são reconhecidos como necessidades universais. Ela deve dirigir-se a um mundo conectado pela tecnologia, pelo comércio e por um leque de interdependências. Essa agenda para o pensamento cristão exige uma “teologia pública”, um modo de falar sobre a realidade de Deus e sua vontade para um mundo que seja intelectualmente válido no mercado de ideias e moralmente efetivo no mercado de bens e serviços (STACKHOUSE; MCCANN, 1995 *apud* KOPPMAN, 2010, p. 40).

A lógica discursiva que deve caracterizar os desdobramentos da teologia pública, deve abdicar de linhas de raciocínios prescritivos, operar no sentido de interagir com as culturas, buscar uma linguagem de comunicação efetiva coma academia e a sociedade e desenvolver flexibilidade intelectual, mesmo sob influências de uma identidade confessional.

Segundo (GUSTAFSON, 1994 *apud* KOOPMAN, 2010, p.43), cabe a teologia pública expressar um discurso profético revelador das estruturas de opressão e injustiças ao mesmo tempo em que evoca imagens de outra ordem social, com dignidade para todos. Um discurso derivado de conceitos precisos e dimensão ética, capaz de ser sustentado de forma racional seja em contexto cristão ou não cristão, por seu rigor filosófico. É um discurso político, com responsabilidade de mobilizar indivíduos para uma socialização compatível com a concretização de um mundo mais solidário. Chopp (2006), diz o mesmo, com outro quadro de

referência analítica. Propondo uma ação de empatia, a capacidade de ouvir a voz diferente e cultivar compaixão. A “solidariedade nas práxis”, que é o saber viver junto para transformar, juntos, a realidade. E criar condições, através de espaços públicos de reflexão e comunhão, de promoção da esperança e da justiça.

A teologia pública acredita que seu impacto pode ser decisivo para transformação positiva da vida social, mobilizando fiéis e não fiéis em torno de um projeto civilizador que trate seres humanos como dignos de igualdade concreta perante as leis. Stackhouse e McCann sustentam:

Interesse não guiados pela teologia e transmitidos por comunidades conveniadas de fé marcham pelo mundo como exércitos na noite; mas eles não constroem civilizações e culturas que duram. Comunidades de intimidade e sentido último, não consciência de classe; instituições de afeto e excelência, nos quadros revolucionários; organizações de criatividade e cooperação, não mecanismos de controle burocratizados; e associações dedicadas ao que é verdadeiro, justo e amoroso perante Deus, não dialéticas quase, científicas, são o que moldam o destino social a longo prazo (STACKHOUSE et al, 1995 *apud* KOOPMAN, 2010, p. 46).

É um fazer teológico, que almeja cooperar com agências governamentais e a sociedade civil organizada, como sindicatos e movimentos estudantis para legitimar oposição às arbitrariedades políticas, exclusão socioeconômica e à efetivação da intolerância racial, religiosa e cultural. Não procura a fixação de uma verdade indiscutível em seu corpo teórico. Possui, ao contrário a consciência de sua realidade inconclusa. Cunha (2016) argumenta que:

O inacabamento é a condição de uma teologia que pretende ser pública. Na concepção cristã, Deus é imutável, mas a nossa compreensão sobre Ele muda constantemente. Assim, a teologia, como uma atividade humana, reflexiva e falível, não se imagina de modo exaustivo ou abrangente. Os aspectos da vida mudam com o tempo, de modo que o ser humano deve voltar a pensar, de tempos em tempos, quais são as implicações, para o presente, das verdades teológicas percebidas no passado (CUNHA, 2016, p. 302).

Dessa forma, a teologia pública é uma produção de conhecimento atenta as fronteiras que cada saber coloca no mundo complexo das afirmações culturais. As fronteiras evidenciam os limites das discussões e sua necessidade de complementação, para a realidade ser compreendida de maneira mais crítica e adequada. Os valores devem gerar um pacto de mútua influência de sentidos explicativos. Teologia pensada sob a convicção da inutilidade do diálogo com outros campos de inteligência ou através da ignorância da hegemonia do pluralismo religioso e laico, não cabe como definição de teologia pública, que assume sua limitação como potência analítica do social. É no encontro das fronteiras dos saberes que a

teologia sai do mundo restritivo dos dogmas e entra no mundo das incertezas e permanentes discussões. Um processo que lhe traz enriquecimento cultural e ativa novos debates com possibilidades transformadoras na atual conjuntura global.

Em artigo para os cadernos de teologia pública, Jungers propõe que:

Teologia pública seria a presença da fé cristã [...] em dois sentidos. Por um lado, uma teologia que se deixe questionar pelos desafios da ciência, pois a universidade é o lugar por excelência para deixar-se questionar por esses desafios, como, por exemplo, os lançados pela biologia, pela genética etc. Para discutir essas questões, ela necessita de liberdade acadêmica. Não pode simplesmente repetir o que sempre foi dito, mas tentar novas compreensões e interpretações. É claro que ela precisa seguir o estatuto epistemológico próprio da teologia, tendo como ponto de partida a revelação e a tradição, mas com uma abertura para repensar esses dados na resposta aos desafios atuais. Um segundo sentido dessa presença da teologia pública é que ela seja uma presença crítica. Uma visão humanista que enfrente criticamente os pressupostos do paradigma da modernidade presente na ciência e na sociedade. Portanto, a teologia pública, por um lado, deixa-se desafiar pelas ciências atuais e, por outro, também criticamente as ciências em seus pressupostos. A teologia, nesse sentido, é pública por querer marcar presença no espaço público; em outro sentido, ela é eclesial por ser realizada no espaço da igreja (JUNGES 2006, p. 6).

Uma teologia pública em processo de amadurecimento se faz presente no Brasil de forma bem nítida no mundo protestante e católico. No pentecostalismo essa perspectiva enfrenta a resistência de uma concepção de fé marcada por opções de acentuado misticismo. No entanto, aspectos de valorização da dignidade humana no contexto das experiências de fé nos pentecostalismos e o surgimento de uma vanguarda intelectual no mundo acadêmico pentecostal sugerem indícios concretos de uma possibilidade de efetivação de um discurso coadunado com os ideais de uma teologia com reais proposições de transformação social.

1.4. O papel da práxis na teologia

Segundo Buttelli (2012 *apud* JACOBSEN et al 2012, p. 45) [...] “é a própria práxis, a realidade viva que deve definir o que é a teologia pública, a quais desafios ela deve dar resposta [...]”. Isto indica que a teologia pública resulta de um encontro entre a consciência cristã do fiel e os problemas da vida em cada comunidade e em cada tempo histórico. Sua razão de ser, neste sentido, não se deve a um caráter de perenidade, mas sim a uma percepção de si mesma como um conjunto de modelos provisórios de interpretação teórica das realidades. Não perenidade, mas transitoriedade é o estigma mais essencial desse tipo de teologia.

As opressões políticas, como autoritarismo governamental e truculência policial. A violência do machismo, as práticas promotoras de racismo, o drama existencial das migrações forçadas, o direito de afirmação de toda singularidade cultural, são temas discutidos pela teologia pública, que está engajada na construção de um espaço público de superação de domínios antidemocráticos. As questões, portanto, da teologia pública não são exclusivamente questões teológicas, são também, e sobretudo, questões sociológicas, antropológicas e políticas em geral.

É um constructo teológico que procura um compromisso rigoroso de solidariedade humana face a todas as formas de luta por direitos humanos. Efetivando impulsos de ação social, consciente e mobilizada, a partir da experiência de formação ética das comunidades de fé e dos diálogos com as demais culturas religiosas e seculares, aptos a interferir nas formas de funcionamento da vida político-social concreta. Nas palavras de Buttelli,

Precisa ser uma teologia crítica, mas conectada, engajada com o objeto de sua própria crítica. E um modo ecumênico de interagir com a realidade, sem receio de confessar a fé nos espaços específicos da sociedade com suas questões peculiares, e deve ser imbuída de solidariedade para com aquelas pessoas que sofrem (BUTTELLI, 2012 *apud* JACOBSEN et al 2012, p. 48).

O desenvolvimento humano, com vistas a uma sociedade mais inclusiva, onde todos tenham voz participativa no contexto civilizatório em que existem, é o plano de curso das teologias públicas. Estabelecer o pensamento teológico nos caminhos conflituosos das lutas por dignidade e liberdade de consciência e de ser. Nesta tarefa, se conecta a vida objetiva dos agentes sociais a que se destina, buscando uma estrutura de linguagem que seja acessível a todos (os de dentro e os de fora da tradição religiosa), sendo produzida também em espaços não restritos ao lócus oficial de uma liturgia religiosa e o tempo todo pré-disposta ao diálogo e a mudança, porque assim é a arena pública, lugar de diálogo e mudança.

A teologia pública torna-se uma teologia que liberta os pobres, os doentes, os angustiados, os marginalizados, e os excluídos da sociedade. Ela se refere à realidade pública da sociedade tal qual ela é, levando luz àqueles indivíduos que, na sociedade, são relegados, ou seja, ela passa a contribuir na discussão do que é o bem comum, tendo como critério último de análise a vida inviabilizada dos pobres.

Dentro de uma dinâmica social marcada pela presença determinante da secularização, pela força cultural intensa do pluralismo e domínio do Estado laico, a teologia, ao procurar ser pública, no sentido exposto, se apresenta como uma das vozes contemporâneas que contribui

para autenticar a democracia. Não almeja um projeto de dessecularização na sociedade, ou restringir o valor do pluralismo e desconstruir a ideia de mérito da separação do Estado em relação a religião. Ao contrário. A liberdade religiosa, em particular. A necessidade da autonomia da ciência para constituir pesquisas. As conquistas republicanas mais globais. A consciência de que a crítica, contra qualquer poder, pode ser feita e deve ser acatada se for pertinente, são valores compartilhados como positivos pela teologia pública. Ela não atua em nome de uma verdade sectária extraída de uma fonte sagrada. Reconhece a singularidade dessa fonte, entretanto sua atuação se volta para a crítica das violações da dignidade do ser humano e propostas de construção de espaços históricos mais isentos de barbárie. É a busca de deslocamento da teologia para uma esfera de atuação intercultural. Jacobson propõe que:

No resgate de valores culturais marginais, têm sido significativo os esforços em torno de uma teologia intercultural [...] mediante o acolhimento da diversidade enquanto riqueza cultural que adota uma perspectiva intercultural para o pensamento e uma ação na sociedade que deve incorporar algumas atividades básicas [...] sinceridade no diálogo; a disposição para a escuta de outras crenças, práticas e visões de mundo; e um pensamento crítico para denunciar o colonialismo que se mantém através do etnocentrismo e da arrogância da ciência ocidental. O projeto de um diálogo intercultural pressupõe, ainda, a capacidade de negociar saberes, de aprender com o diferente [...] (JACOBSEN, 2015, p. 385).

Seja através da interação ética de instituições religiosas com as instâncias do poder público constituído, ou de militância cidadã em parceria com ONGS ou na práxis de um processo evangelizador que enfatize também inclusão social, existe uma história de teologia transformadora do mundo social sendo escrita e praticada no Brasil. Teólogos e igrejas pentecostais já atuam nessa história ressignificando uma vez mais o pentecostalismo. Não exatamente uma teologia pública pentecostal em curso, mas vertentes de pensamento e postura pentecostal, com reflexos consideráveis de teologia pública.

A práxis na teologia pública não é valor secundário, é a parte essencial que define esse tipo de teologia. Sem a dimensão do agir, que observa o mundo da vida com objetivo de ampliar cidadania, não faz sentido falar em teologia pública, que é em parte e muito essencialmente, determinada pelos contextos social, cultural, político e econômico da comunidade de fé onde nasce e avança. Ela não omite a consciência de que existem espaços históricos de opressão e libertação, que uma ação teológica indutiva é necessária para responder mais eficazmente as particularidades dos anseios antropológicos e o quanto é imprescindível um pensamento a partir da fé como pressuposto de esperança para as comunidades marginalizadas. Uma teologia pública tem sido construída não só em cenários

acadêmicos, mas também se faz em uma tradição oral, através de cânticos, orações e provérbios que as congregações cristãs elaboram em suas práticas cúlticas formais e informais. Um saber, portanto, que brota da práxis e não só de livros de teologia e volta-se para práxis em um processo contínuo. David Tracy (2004, p.130) observava que “[...] a emergência das teologias da práxis em nosso tempo auxiliou na busca por critérios da verdade para todos os teólogos por sua ênfase na verdade como transformação”. A palavra que revela o imaginário criativo da teologia pública é a ideia de transformação de si mesma e das realidades que aborda, em mundos sociais e conceituais em ebulição.

CAPÍTULO III

PENTECOSTALISMO NO ESPAÇO PÚBLICO: EXPRESSÕES DE UMA TEOLOGIA DO COMPROMISSO SOCIAL

1. Pentecostalismo: potencial do compromisso teológico-social

A forma através do qual, o pentecostalismo se insere na lógica de uma teologia do compromisso social, não é no sentido de elaboração *stricto sensu* de uma teologia da libertação ou teologia pública pentecostal. A inserção do pentecostalismo, neste universo, como opção de transformação social, ainda é um esforço de uma minoritária intelectualidade pentecostal, empenhada em pensar possíveis desdobramentos dessa religiosidade cristã, em favor de efeitos legitimadores de virtudes humanistas no espaço social e comunitário. Existe um embrião de epistemologia pentecostal com redução de um olhar devocional e paroquial e, por outra perspectiva, o despontamento inequívoco de olhares analíticos que visitam com senso crítico os encontros e desencontros do pentecostalismo com questões da vida contemporânea, como ecumenismo, condição feminina, ética social, pluralismo religioso e consciência política.

O tímido diálogo católico-pentecostal, por exemplo, expõe a concretude desse fato. O que pode perfeitamente representar uma semente de mais democracia entre as religiões e menos sectarismo. Entender esses novos rumos do pentecostalismo e a complexidade de sua dinâmica interna e externa é fundamental para destituir estereótipos e ampliar compreensão com maior pertinência analítica. Como situa Teixeira,

Apesar das mais que frequentes acusações de tendências fundamentalistas e reacionárias feitas às igrejas pentecostais e ao pentecostalismo em geral, os novos grupos religiosos seriam (cor) responsáveis, de fato, por um impulso modernizador, segundo o antropólogo Ayres Camurça - a noção da conversão pessoal, da livre decisão própria pela fé, encontra caminho entre as camadas mais baixas e as massas, e assim surgiria um primado do indivíduo, que toma sua própria decisão em favor da fé pentecostal, construindo e fixando, assim, sua própria identidade. Os movimentos pentecostais, [...] introduzem tendências racionalizantes à religiosidade brasileira, bem como uma ética de salvação no lugar de uma "noção de proteção" que sempre caracterizava a religiosidade média brasileira. Mariano parece partilhar da mesma opinião: o pentecostalismo contribuiu de forma decisiva, para que o pluralismo religiosos se consolidasse no Brasil, bem como para fortalecer a defesa da liberdade religiosa e de culto (às quais a pluralidade está vinculada) e para questionar a quase-identificação entre catolicismo e identidade brasileira (TEIXEIRA; MENEZES, 2006, p. 437).

O pentecostalismo é uma opção religiosa que carrega sim suas contradições, quanto a um projeto teológico de mobilização e transformação social. Paralisa, de um lado, a

motivação de militância política para contestar governos e ordenamentos civilizatórios em nome da busca de uma sociedade mais igualitária, por ênfases de um saber de fé que pensa o reino dos céus fora da cultura e da historicidade humana. Mas, de outro lado, desencadeia potenciais de afirmação da dignidade humana e reconstrói espaços comunitários com afirmação de solidariedade e fraternidade entre os irmãos.

Outra forma de inserção do pentecostalismo na teologia pública, é efetivada pela própria herança cristã que o pentecostalismo carrega. Tal herança se revela e se afirma dentro de parâmetros éticos, que repercute em ideais de paz, justiça, esperança de uma vida melhor e estabelecimento da dignidade humana. Essa dignidade é percebida por conta do fator da Imago Dei na doutrina bíblica, que impele o pensamento pentecostal a buscar a valorização das pessoas, como uma atitude que corresponde à essência da fé, no entendimento de uma antropologia cristã. O pentecostalismo, com todo o seu fluxo de impulsos místicos, realiza sua experiência histórica em espaços sociais específicos. Responde, portanto, com maior ou menor grau de entendimento dessa questão, aos dilemas dessa realidade, que é atravessada pela política, cultura e economia.

Se há um pentecostalismo mais voltado para o mundo dos anjos e dos demônios, há um pentecostalismo com respostas que estimulam processos participativos na vida comunitária, padrões de autoestima, redes de solidariedade para sobrevivência em espaços de plena pobreza, um ideal de verdade que engloba a vida como um todo e uma compreensão do amor ao próximo coerente com tolerância e compaixão, ao invés de julgamento e prepotência. Ocorre sim uma postura de acomodação no pentecostalismo, à medida que vai criando raízes em esferas de poder econômico ou político-partidário, mas também ocorre uma renovação dentro do movimento, em direção a uma concepção mais participativa nos debates da vida social como um todo.

O pentecostalismo atua nos variados aspectos da vida social brasileira. Abumanssur diz que,

O pentecostalismo, em suas multifacetadas expressões, é um fenômeno tão abrangente que, sem medo de errar, podemos dizer que não existe uma área ou aspecto da vida contemporânea que não tenha alguma tangência com ele. Se o assunto é feminismo ou questões de gênero, há um recorte pentecostal a ser falado. Se a conversa é a política nacional ou mesmo local, lá está o pentecostalismo marcando presença. Se é a economia, há um viés analítico em que o pentecostalismo precisa ser mencionado. Se o bate-papo é sobre a escalada da violência nas cidades, não há como fugir do pentecostalismo atuando nos presídios, nas organizações criminosas, nos assaltos a bancos. Sexo: inescapável o jeito pentecostal de lidar com o assunto e com a coisa mesma. Fazer ciência: lá estão os pentecostais nos

laboratórios, programas de pós-graduação e academias (ABUMANSSUR, 2017, p. 11).

Existe uma dinâmica nova no pentecostalismo brasileiro contemporâneo. Gerando diversificação bastante complexa nos modelos de identificação da fé pentecostal. E, portanto, estilos de expressão diferenciados, quanto aos temas como cidadania, política, cultura ou diálogo inter-religioso. Tanto no diálogo católico-pentecostal, promovido pelo Conselho Pontifício para a promoção dos cristãos, como na produção acadêmica da Rede latino-americana de Estudos Pentecostais, revela-se uma dimensão de ação pentecostal que sinaliza um mundo de coerência com uma teologia de compromisso social.

2. Diálogo católico-pentecostal: Uma possibilidade ecumênica no horizonte do pentecostalismo.

No final da década de noventa, o Conselho pontifício para a promoção da unidade dos cristãos, ligado ao catolicismo, produziu um importante documento de diálogo entre a Igreja Católica e representantes do pentecostalismo. Preservando e valorizando, cada grupo, sua identidade mais específica de fé e ao mesmo tempo, construindo uma ponte de aproximação para estabelecer pontos em comum visando superar sectarismos e confrontos típicos de "guerra-santa".

O documento intitulado *Diálogo Católico-Pentecostal* (1999) está dividido em seis tópicos¹⁹: Missão e evangelização, o fundamento bíblico e sistemático da evangelização, evangelização e cultura, evangelização e justiça social, proselitismo e o testemunho comum. Cada um desses temas é articulado no sentido de contemplar o imaginário pentecostal e o imaginário católico, desfazer concepções que consagram estereótipos e aproximar ambos os campos de territórios conceituais onde possa haver convivência fraterna, de concordância para um testemunho comum. O objetivo da proposta seria essencialmente promover tolerância e um diálogo capaz de enriquecer ambas as tradições no aprimoramento da fé que se faz na caminhada com desafios diante do outro com quem se compartilha a vida social.

Na primeira parte das reflexões, o texto ressalta convicções que unem católicos e pentecostais, como a fé no ato reconciliador entre Deus e a humanidade, através de Cristo, ressaltando a comissão estabelecida para o anúncio do evangelho, que esta proclamação se faz sob o imperativo do amor, que a Pessoa do Espírito Santo prepara os indivíduos para a

¹⁹ Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos. *Diálogo Católico-Pentecostal: Evangelização, Proselitismo e Testemunho Comum*. – Editora Paulinas, 1999. (Doc. 162).

recepção da mensagem cristã e que existe uma ética evangélica a ser vivenciada, marcada pelo amor ao próximo e compromisso com a paz e a justiça.

Na terceira abordagem, tratando da evangelização e cultura, o documento diz que:

Católicos e pentecostais reconhecem a complexidade da relação entre Igreja e cultura. A comunidade de fé evangeliza por sua proclamação e por sua vida comum: o que significa que nossa proclamação e nosso estilo de vida cristã se encarnam numa cultura específica. Admitimos que há um bem considerável nas culturas, a despeito do fato de que a humanidade decaiu da graça. Os pentecostais enfatizam a transformação dos indivíduos que, enquanto membros de um corpo de crentes, contribuem do interior para transformar a cultura. Os católicos ressaltam o fato de que a cultura, em suas instituições e iniciativas humanas, também podem ser transformadas pelo Evangelho (*Diálogo Católico-Pentecostal*, p. 21; Doc. 162).

Embora, portanto, haja particularidades interpretativas quanto à abordagem do fenômeno cultural a partir da concretização da fé em determinado contexto social, ambas as tradições reconhecem o valor da cultura humana, onde estão impregnados valores morais, políticos e religiosos. E tais valores, que dão sentido as experiências de socialização dos povos, devem ser valorizados e respeitados no processo de evangelização. A necessidade de transformação do indivíduo para ser um agente de transformação da ordem social, enfatizado pelo pentecostalismo, não é contraditório com o conceito de transformação através da educação e da cultura, para transformar indivíduos, como enfatizado pelo catolicismo, sugere o documento (Ibid., p.23). Um sistema colabora com o outro construindo uma cosmovisão mais consistente de enraizamento da fé.

Ainda neste contexto, católicos e pentecostais registram no documento, a consciência das transformações engendradas pela secularização, que representou um declínio do domínio religioso no ocidente. Tal processo é criticado, quando promove uma sociedade destituída de valores comprometidos com o reino de Deus. Aparece então o desafio de reformular a mensagem para anunciar à ética e a religião em outro cenário, de afirmação pluralista e postura crítica, com base na ciência. "Enquanto cristãos, devemos compreender os novos desafios e ajudar nossa gente a encontrar novos caminhos e perspectivas para encará-los à luz dos valores cristãos" (Ibid., p.24). Isto representa uma perspectiva clara de teologia pública.

Falando de justiça social, diz o documento:

Os pentecostais foram por vezes acusados de insistir na evangelização a ponto de abster-se de ajudar as pessoas em suas necessidades práticas. O sentido de urgência dos pentecostais quanto ao testemunho e a salvação dos que estão perdidos não é absolutamente incompatível com o amor e a atenção de um pelo outro e pelos outros, assim como se via na Igreja primitiva (*Diálogo Católico-Pentecostal*, p.28; Doc. 162).

Aqui, católicos e pentecostais, estão reconhecendo que a experiência de fé pentecostal desencadeia uma percepção de si como um movimento com potencial de ignorar relações humanas fora do estritamente religioso. Mas ao formar comunidades, aproxima pessoas e estabelece entre elas vínculos que geram identidade social e propiciam solidariedade. Ainda sustentam que a ênfase na cura divina, é um pensamento sobre o bem estar do corpo e que o novo nascimento da pessoa humana é antecipação da transformação do cosmo inteiro, prenúncio da nova criação, com plena justiça. E que a pregação da esperança diante do sofrimento e da dor, representa uma resistência diante das forças geradoras da repressão e da violência contra os direitos humanos. Nas comunidades de fé pentecostal, nasce um sentido novo da vida, permeado por uma noção de dignidade pessoal. E essas comunidades funcionam como alternativa social para os fiéis. Uma ideia de mudança microestrutural, assinala o documento.

Apoiando a ideia de certa compreensão da responsabilidade social da religião dentro do pentecostalismo, os signatários do documento escrevem que,

Os pentecostais continuaram falando e agindo em nome das vítimas do aborto, da pornografia, da violência, da opressão, etc. Preocuparam-se em alimentar os famintos, vestir os desnudos e prestar socorro de urgência às vítimas de catástrofes. Desenvolveram esforços de educação [...]. Os pentecostais estão descobrindo suas responsabilidades em relação às estruturas, bem como sua aptidão para intervir de forma positiva (*Diálogo Católico-Pentecostal*, p. 30; Doc. 162).

É uma visão que não corresponde à totalidade do que o pentecostalismo é, mas não é também uma ficção. Amadurece, aos poucos, uma lógica de pentecostalismo que se reveste de um olhar teológico típico de teologias que buscam transformações sociais, com lucidez quanto ao seu compromisso neste sentido.

O documento encerra com palavras otimistas para o diálogo católico-pentecostal:

Acreditamos que pentecostais e católicos podem atuar juntos na promoção de valores e ações positivas na sociedade humana. Seguindo o espírito de Mateus 25, 31-46, podemos lutar juntos contra o pecado na promoção da dignidade humana e da justiça social. Com o tempo, outras questões surgirão, mas já existem muitas com as quais podemos trabalhar juntos. Podemos cooperar em ações tais como o desarmamento e a paz, o socorro de urgência a refugiados, a vítimas de catástrofes naturais, trabalhar para alimentar os famintos, criar estruturas de ensino para analfabetos, organizar programas de reabilitação para drogados [...] trabalhar juntos para acabar com a discriminação racial e sexual, trabalhar em prol dos direitos das mulheres e sua dignidade, [...] promover o desenvolvimento urbano e rural e de moradia para os pobres [...] (*Diálogo Católico-Pentecostal*, p. 75; Doc. 162).

Esta é uma das faces do pentecostalismo, capaz de dialogar e produzir ideias em conjunto com uma vertente do cristianismo que com recorrência foi estigmatizada

negativamente nos campos protestantes. A possibilidade efetivada de uma aproximação ecumênica dentro do pentecostalismo indica sua compatibilidade com ideais de teologia pública.

3. A Rede Latino-Americana de Estudos Pentecostais: pentecostalismo em debate.

A RELEP representa um espaço democrático de investigação acadêmica do fenômeno pentecostal, nascida em 1998, na cidade do México. Tendo já realizado significativos encontros continentais, no Chile, Costa Rica, Equador e no Brasil em 2018. Dos encontros surgiram volumes de uma coletânea de artigos sob o título *Vozes do Pentecostalismo Latino-americano*. A rede possui um núcleo de atuação no Brasil, sob a coordenação do Dr. David Mesquiati, que já promoveu eventos em 2012 e 2014 em São Paulo e 2016 em Florianópolis. Sempre procurando ampliar o debate, dentro do pentecostalismo, para alcançar as temáticas mais pertinentes em um âmbito de teologia pública. Chiquete fala sobre a iniciativa do projeto o seguinte,

Faz muito tempo, no ano de 1996, para ser exato, reunimo-nos (um reduzido grupo de estudantes de teologia de tradição pentecostal de diferentes países do continente) no então Seminário Bíblico Latino-americano, com sede em San José de Costa Rica. Nas múltiplas falas e conversas ‘de corredor’ e no intercâmbio de livros e outros textos sobre o tema que nos apaixonava, foi surgindo a ideia de conformar um grupo de pentecostais que, de maneira coordenada, pudesse aprofundar nossos estudos sobre o tema, além de gerar meios para interatuar e intercambiar ideias e outros recursos materiais e intelectuais. Naquele tempo, os pentecostais eram uma minoria entre o corpo discente das várias instituições continentais de educação teológica. Hoje, sem nós, muitas dessas instituições, praticamente estariam vazias (CHIQUETE, 2013 *apud* OLIVEIRA; FERREIRA; FAJARDO, 2017, p. 33).

Não se trata da criação de um movimento eclesial a mais no campo pentecostal. Mas de uma organização voltada para o debate sobre o que são os pentecostalismos, como eles atuam e quais as suas repercussões no tecido social. Desde o início, a Rede foi projetada para ser uma estrutura plenamente aberta ao diálogo, plural, portanto, inclusiva, multidisciplinar e ecumênica. Ou seja, produzir teologia para familiarizar os de dentro do pentecostalismo com a diversidade intelectual do mundo contemporâneo e situar o pentecostalismo diante da arena pública mais ampla, como uma manifestação de inteligência cultural capaz de participar de diálogos produtivos nos cenários acadêmicos. Este é o ponto de partida da RELEP.

Oliveira et al (2017) apresenta como objetivo da rede o estímulo do estudo científico do pentecostalismo na América Latina, com o propósito de sistematizar as experiências que o movimento produz, contribuindo para o desenvolvimento eclesial e teológico da fé

pentecostal face à complexa realidade social, econômica e cultural das regiões onde ele atua. Tendo a particularidade de apresentar um corpo de intelectuais pentecostais de sólida formação acadêmica discutindo com seriedade o pentecostalismo, sob as lentes das ciências humanas e sociais, com plena compreensão da inexistência de donos da verdade nos debates sobre a religião e suas manifestações concretas.

A produção teórica da RELEP organizada por Oliveira e produzida no contexto dos eventos continentais e nacionais elegeu temas importantes como, o centenário do movimento pentecostal, pentecostalismos e transformação social, pentecostalismos em diálogo e pentecostalismos e unidade. Em cada tema, um conjunto de pensadores, especialistas, mestres e doutores, analisam ângulos diferenciados das questões, elucidando problemas e propondo caminhos para aprofundamentos e novas abordagens. Evitando os extremos da inquisição anti-Pentecostal e o relato paroquial de certa ingenuidade apologética. O caminho é como diz Silva,

Um esforço de reintroduzir como parte da história, na esfera social, do público, do coletivo, o papel do pentecostalismo em suas diferentes versões, sobretudo pela sua capacidade simbólica, numa época de extrema fluidez dos não lugares, de redefinir e redesenhar limites, de marcar espaços, de circunscrever lugares, pela sua dinâmica e experiência missionária, sua capacidade de integração. A história do pentecostalismo brasileiro é complexa e instigante por estudar movimentos que desafiam explicações simplistas. É essencial como um laboratório de pesquisa, para entendermos como, no campo da religião, ocorrem o imaginário e as representações, investigando cruzamentos, empréstimos, difusões, interferências e os inúmeros jogos de mestiçagem aos quais as culturas dão origem em suas relações e, ao contrário de uma história de sujeito único, entrega aos outros protagonistas um papel ativo na narrativa histórica (SILVA, 2010, p. 26).

Nos textos que são resultados de pesquisas marcadas por excelentes níveis de erudição acadêmica, o pentecostalismo surge como um objeto de análise como os demais campos de produção religiosa e não como objeto de devoção mística. Isto viabiliza balanços críticos da religião pentecostal e de seu papel na conjuntura social. Torna possível observar que o pentecostalismo não apenas ora e lê a Bíblia, mas defende pressupostos que evidenciam escolhas ideológicas passíveis de serem interpretadas como compromissadas com ampliação de cidadania ou não. Mas o compromisso existe, ainda que mais latente do que patente. Uma consciência pentecostal progressista vem se constituindo no cenário brasileiro atual. Diz assim um teólogo assembleiano ligado a RELEP,

seguir a Cristo em seu profetismo levanta urgentes demandas para o profeta pentecostal. Ao invés de fechar-se em seu isolamento intraigreja, ele precisa levantar os olhos e enxergar a realidade do mundo que o rodeia. [...] Os maiores profetas de nosso tempo não tem surgido do meio religioso. Eles surgiram nos movimentos de sustentabilidade, como Greenpeace, entre outros. Levantaram bandeiras ecológicas, humanitárias e em defesa da vida (OLIVEIRA, 2013, p.59)

O texto em questão versa sobre profetismo bíblico e profetismo pentecostal, ressaltando a necessidade de um processo de autocrítica para ressignificar o pentecostalismo, em busca de uma vocação para a transformação social, a imagem dos profetas bíblicos, capazes de denunciar tanto o mal espiritual como o mal contra os direitos humanos. Trata-se de uma mentalidade que não encontra consenso no corpo do pentecostalismo, mas que levanta desafios a pentecostais e não-Pentecostais, para o que vem ocorrendo neste contexto e o que pode decorrer dele, para a construção de um novo modelo de postura religiosa pentecostal e aprofundamento da experiência de teologia pública na sociedade. Outro autor, também identificado com a dialética pentecostalismo e compromisso social, mais otimista no entanto, diz que,

o pentecostalismo tem demonstrado grande poder para transformar a sociedade. Abrindo espaço às minorias sociais, proporciona sentimento de pertença e empoderamento aos seus participantes. Longe de ser apenas um movimento religioso, demonstrou desde o início ser um movimento com consciência social preocupando-se, em especial, com a melhoria da qualidade de vida dos menos favorecidos, dando especial atenção à educação, alfabetizando não somente os membros da religião, como a sociedade à sua volta. Com ações afirmativas fundamentadas no amor ao próximo, não importando a origem social [...] Com essa filosofia religiosa, proporciona ascensão mesmo ao indivíduo simples e humilde, que sempre foi relegado pelo poder público como cidadão de segunda classe (MOREIRA, 2013, p. 85).

É inegável que tal fato, acima descrito, tem sua parcela de verdade nos diversos pentecostalismos que se espalham no território nacional. Concedendo a muitos homens e mulheres, através do próprio fator da conversão, como símbolo de uma existência reiniciada para melhor, a oportunidade de dignificar sua condição humana com laços de fraternidade entre irmãos de uma mesma crença e firmar conceitos, que influenciados pelos valores éticos da religião, ensejam perspectivas de cidadania ou são propícios neste sentido.

O pentecostalismo fala mais de conversão do não pentecostal, do que de diálogo, parece notório. Mas não escapa a nova intelectualidade, que atua no espaço da RELEP, observações críticas dessa postura e esclarecimento racional para o imperativo de sua superação. Como observa Lima (2014), "a teologia pentecostal brasileira está caminhando em direção ao diálogo com outras teologias. Este caminho está sendo trilhado aos poucos e ainda de forma tímida. No entanto [...] o mesmo entusiasmo que envolve os pentecostais em torno de suas experiências nas comunidades, deve envolvê-los também no diálogo inter-religioso. E isto por uma questão simples: ser fiel aos princípios do Espírito de Deus, que enquanto Mistério está presente em outras culturas e religiões [...]. O pentecostalismo não poderá se fechar em certezas definitivas, mas compreender que a Verdade última é patrimônio de Deus. Portanto,

o diálogo inter-religiosos é uma questão de sobrevivência, de espiritualidade, de vida, de avivamento e salvação. Fora desse diálogo, não há salvação possível, não pentecostalismo genuíno" (LIMA, 2014, p.45).

Bastante sintomático a expressão "pentecostalismo genuíno", associada a percepção da eficácia do diálogo das religiões, em uma cultura pluralista. Este ideal traduz a convicção de que ser pentecostal, não só é compatível com o multiculturalismo, como é condição de sua autenticidade mais plena. Isto é o efeito da difusão dos valores de uma teologia pública, produzindo novas sistematizações teológicas na estética social pentecostal. Uma militância no sentido de esvaziamento do potencial sectário e dogmático, com vistas a um discurso de fé em busca de razão participativa e não coercitiva.

Falando de uma teologia pentecostal de compromisso político com a sociedade, Sanches (2014, p.54), salienta que na América Latina, onde prevalece pobreza, corrupção nas instituições de governo e concentração de poder em detrimento dos excluídos, cabe a essa teologia buscar ser a voz encarnada do Espírito para se opor aos projetos desumanizadores. A RELEP é um despertador da consciência pentecostal acomodada ao sistema. Se parte do pentecostalismo retrata uma perfeita acomodação aos quadros de uma sociedade consumista e desigual, na RELEP desponta uma nova onda pentecostal, articulada com o pensamento crítico e cosmopolita, produzindo um saber religioso sim, pois sempre evoca a presença e a força do Espírito, mas contextual, pois não ignora os múltiplos aspectos da realidade e seus inerentes desafios.

O novo rosto do pentecostalismo que emerge nos debates da RELEP, apresenta um compromisso de reflexão e jornada de fé, atento as pesquisas acadêmicas no campo da ciência da religião, aos fluxos existenciais e de cosmovisão da sociedade, sobretudo na esfera dos direitos humanos. E atento ao que o movimento se tornou em suas experiências eclesiais e possa se tornar sob o horizonte de novas formulações construídas em diálogo com as ciências humanas e às culturas em redor. Como diz Alencar (2014, p 129), ao se referir ao novo modelo de perfil intelectual de uma vertente assembleiana: "[...] é provável que o número de assembleianos universitários cresça muito mais ainda, inclusive ainda mais de pastores assembleianos. Com maior acesso ao ensino superior, as estatísticas indicam: a pós-graduação também vai aumentar. Como efeito óbvio da formação universitária e pós, esses/as pastores/as serão cada vez mais autônomos e plurais? Nesse caso, então, a polissemia assembleiana está apenas começando".

A RELEP possui um recorte acadêmico, que age em conexão com o FPLYC, Fórum Pentecostal Latino-americano e Caribenho, com seu recorte eclesial. São duas experiências institucionais que fomentam o debate intelectual religioso no território de maior expressão do pentecostalismo na América, por seu crescimento interminável e inserção nas engrenagens da vida social do continente. Ambos os organismos, atuam na perspectiva de atender os seguintes desafios, definidos como institucionais, teológicos e sociais: Se opor ao sentimento e postura de autopreservação das instituições que produz um etnocentrismo cultural, repensar as relações de poder nas estruturas eclesiais visando legitimar mais democracia neste espaço, debater as conquistas e desafios referentes aos direitos humanos, validar experiências de diálogo do pentecostalismo com a cultura religiosa e secular mais ampla, conectar o saber acadêmico das ciências humanas com diretrizes da práxis eclesial pentecostal, promover tanto a unidade cristã ecumênica como a unidade com os discursos e práticas que valorizem a dignidade do ser humano, propor um olhar pentecostal de si mesmo, mais crítico e aberto a diversidade, prover recursos teóricos para a consolidação de um ethos pentecostal participativo das crises civilizatórias mais amplas, despertando mais compromisso com o social e não só com o religioso. Buscar construções teológicas autenticadores de uma teologia de compromisso social, que reflète os ideias constitutivos da teologia pública. Oliveira (2017, p.30), interpreta essas sentenças analíticas debatidas em congressos de estudiosos do pentecostalismo, como "[...] uma importante semente na expressão pública da tomada de consciência dos pentecostais para a unidade cristã e para a transformação social da América Latina em parceria com as demais tradições religiosas e demais agentes".

O pentecostalismo no Brasil e na América Latina nunca foi monolítico. A diversidade, portanto, faz parte de sua natureza eclesial e histórica. O que a RELEP pretende é ressaltar a riqueza dessa diversidade e seu potencial de legitimar outras diversidades, como a diversidade cultural de uma sociedade pluralista. E a partir daí construir pontes e não muros quanto às relações humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pentecostalismo é uma expressão cognitiva que constrói um ethos religioso com especificidades nítidas e não isentas de controvérsias no cenário do multiculturalismo brasileiro contemporâneo. Representa um modelo de religiosidade, fundamentado em princípios doutrinários coerentes com legado bíblico interpretado na perspectiva protestante. A identidade pentecostal possui “herança genética” majoritariamente nos moldes de uma ortodoxia de índole fundamentalista. Imerso, portanto, em dinâmicas discursivas que priorizam um ideal exclusivo de verdade face ao múltiplo ideológico- religioso e dinâmicas de práxis conversionistas, com insuficiente ou inexistente postura dialógica e construtiva de cidadania mais ampla na esfera existencial dos debates em prol de afirmações legitimadora dos direitos humanos e de uma sociedade sem discriminações.

O pentecostalismo desencadeia fluxos de raciocínios teológicos plenamente estigmatizados por horizontes de uma mística cristã que restringe ou inviabiliza cenários de pensamentos-ação com eficácia de crítica social e proposição de reelaboração da ordem civilizatória, em busca de utopias redentivas, que sejam, no entanto, factíveis em certos desdobramentos antropológicos e sociológicos. Em essência as vertentes do imaginário pentecostal convergem para uma cosmovisão dualista da realidade, priorizando a transformação espiritual dos indivíduos sem a reflexão mais apurada da inserção desses indivíduos nas crises políticas concretas da condição humana.

O modelo de fé cristã pentecostal é predominantemente, mas não exclusivamente, pietista e avivalista, onde existe um potencial de obstrução a lógica de fé mais holística inerente à teologia pública. Mas tanto uma inteligência pentecostal quanto uma inteligência na teologia voltada para a transformação social, estão provendo campos teóricos de aproximação dos universos temáticos, para tornar a experiência da espiritualidade uma manifestação também de consciência histórica e repercussão lúcida na academia, na igreja e na sociedade. Positivamente transformadora na cultura. Há caminhos elucidativos e progressistas sendo percorridos no universo multifacetado – apesar de tensões - da cultura pentecostal.

As relações entre religiosidades e sociedade se constituem um desafio complexo para as ciências humanas em geral e a ciência da religião em particular. Um desafio promissor. Pois a investigação criteriosa dos fenômenos religiosos é imprescindível para compreender os conflitos da existência humana, por causa da atuação desencadeadora de processos político-sociais que exercícios de fé articulam. Conscientes ou inconscientes. Justificando e

desconstruindo noções de status quo. O fato é que o pentecostalismo não se insere em normas de construto ideológico fora da evolução histórica. Ao contrário. Age em circunstâncias determinadas, moldando e sendo moldado na cultura mais ampla do seu ato de existir. Produz bens simbólicos e subjetivos de esferas salvíficas, enquanto concretiza estigmas de percepção sociológica antiutópica, em muitas vertentes, pois projeta seu ideário maior de vida para o mundo da eternidade. Efeito de sua epistemologia peculiar, adensada em um conceito dicotômico da realidade, onde o transcendente nulifica o imanente, ao invés de ser pensado cada qual em sua esfera de competência.

O mérito, no entanto, do pentecostalismo não é exclusivamente determinado pelo percentual dinâmico de adeptos agregados em proporção geométrica nas repúblicas da periferia do capitalismo, sobretudo. Ou por causa de sua expressão midiática criativa, por conta de agentes sacerdotais personalistas e carismáticos. O pentecostalismo é extraordinário fator de reflexão por sua mobilização em prol da dignidade da vida, ainda que em sentido restrito ao ideário do individualismo sectário protestante. Também por seu potencial de protesto aos valores da cosmovisão hegemônica do mundo ocidental, vinculados ao reducionismo naturalista-materialista e anseios de poder sem fronteiras éticas. Ou mesmo pelo significado de sua mensagem no interior de um cosmo social pluralista, desafiado pela essência do humanismo bíblico, que proclama amor incondicional ao próximo.

O pentecostalismo, a partir do texto de elucidação de sua identidade religiosa e para ser efetivamente coerente com seu mentor divino, tem em seu núcleo de fé um código constituinte de teologia pública. Embora, como propôs o teólogo Niebhur em sua obra *As origens sociais das denominações cristãs*, o cristianismo, seja qual for à versão, triunfa historicamente, amiúde negando suas raízes e verdade original (NIEBHUR, 2006, p. 11).

Muitas teses justificam a permanência e crescimento do pentecostalismo, como fenômeno significativo no espaço histórico contemporâneo. O senso - produzido por rigidez de raciocínio dogmático - de estabilidade, face aos processos de transformação do mundo e a multiplicidade de opiniões que questionam um conceito soberano de verdade. A certeza cognitiva da verdade que funciona como imperativo categórico no pentecostalismo estabelece solidez em uma era líquida (Bauman). Impondo ao pensamento a quietude de uma contemplação devocional do sagrado, onde não é mais viável ou necessário questionamentos, pois são destituídos de sentido, quando a verdade já se impõe, explicando o caótico como a negação ou a ignorância dos fatos da fé, no nível que a ortodoxia clerical a define. O

pentecostalismo adentra no imaginário humano com a infalibilidade da voz de Deus que transcende as falibilidades das vozes humanas.

O pragmatismo da lógica pentecostal é outro fator observado na interpretação do fenômeno. Respostas respaldadas nas expectativas de milagres encontram adesão imediata diante de quadros de experiência sociais marcadas pela inoperância de soluções advindas da esfera política oficial. Os excluídos - conscientes em maior ou menor grau de sua exclusão – em busca de refúgio e redenção, são potencializados no encontro com a esperança pentecostal, para perspectivas que mesclam resignação diante do controle sábio de Deus sobre o fluxo da vida e a fé na onipotência do mesmo Deus para transformar a situação vivenciada.

O pentecostalismo constrói uma sociedade dentro da sociedade, mais participativa e motivadora da conquista de identidade e bens. Ao seu modo pode representar uma revolução que se traduz em ruptura com a injustiça desse mundo que jaz no maligno, segundo a Bíblia (BÍBLIA: Bíblia de estudo pentecostal, 1995). Claro que, para o discurso pentecostal, com algumas exceções, são muito mais os temas de religiosidade em-si e moralidade divergentes que jazem no maligno, do que os temas de política e cidadania.

Não existe incompatibilidade congênita entre pentecostalismo e a teologia da transformação social, com toda certeza. A incompatibilidade nasce da ignorância do significado da natureza e do papel da teologia pública ou do preconceito de um certo academicismo arrogante em relação ao pentecostalismo. Se houver pesquisa criteriosa e disponibilidade fraterna para o diálogo, o encontro desses universos temáticos é mais viável e construtivo do que se imagina. A vivacidade mística do pentecostalismo não induz, necessariamente, a anulação de uma percepção da dinâmica dos fatos históricos. Já é uma ideologização do pensamento pentecostal quando isto ocorre. Uma intencionalidade política conivente com ideias anti-progressistas.

Em si, o pentecostalismo almeja transformar a condição humana em nome de Cristo. Tendo Cristo como ideal. E este ideal, que é Cristo, é inseparável, diz a fé, de virtudes promotoras da vida e não de impulsos que efetuam racismo, chauvinismo ou anulação da dignidade intrínseca à humanidade. Se o pentecostalismo assegura sua identidade cristã e o cristianismo significa uma revelação de um Ser Divino que anuncia a justiça e evidencia amor pelo próximo, o pentecostalismo tem uma razão de ser: comprometer sua proclamação com todos os níveis de operação desses princípios, em cada faceta da esfera pública. E interferir na realidade dos pactos sociais humanos, para dignificar a existência de todos, fazendo de sua

práxis eclesial uma abrangente paixão pela bem da humanidade. Como prescreve as teologias de libertação como um todo.

Embora não exista uma teologia pública uniforme e monolítica, definimos alguns elementos centrais nesta produção de saber. Como a constatação da presença de uma esfera pública e o dever moral de agentes sociais conscientes, atuarem, dentro desta esfera, no sentido de corroborar com a justiça, a paz e a liberdade. Ela não explicita seu conteúdo agregada a um compromisso confessional ou teológico-apologético. Se importa com fatos sociais e mobiliza sua criatividade intelectual para resultados que transformem pessoas, padrões culturais e instituições, no horizonte dos direitos da vida e dos direitos humanos. A teologia pública é uma teologia de compromisso e transformação social, estabelecendo conectividade da fé com o que a vida humana é ou poderia ser no todo. É um protesto aos projetos civilizatórios mutiladores da vida. E faz da esperança por um mundo habitável com razão, sabedoria e cidadania, seu vínculo mais supremo com a fé.

O conceito de Deus, na teologia pública, é o de um Ser movido de compaixão pelos excluídos. Que convoca os já redimidos por sua graça infinita para um exemplar testemunho de resgate a esses que suspiram dolorosas experiências de opressões, através de palavras de sabedoria crítica e ações afirmativas de cidadania. Atuando no mundo por intermédio das igrejas em sua militância contra barbáries políticas, econômicas e sociais. Moltmann, sustenta que, “justamente como teologia eclesiástica, a teologia cristã precisa desdobrar-se em direção a uma teologia pública e conseqüentemente, participar dos sofrimentos, das alegrias, das opressões e das libertações do povo” (MOLTMANN, 2006, p. 78).

É um lugar adequado para a teologia, o mundo dos conflitos humanos, seja nas academias, nos parlamentos, nas minuciosas ocorrências do dia a dia e até nas igrejas. Este é o sentido de uma teologia pública. Não ignorar as contradições no Mundo, mas atuar na construção de modelos de dignidade dentro do mundo.

Houve um tempo (que ainda perdura), de amplo apoliticismo no imaginário pentecostal hegemônico. Gerado por irreal compreensão dos aspectos ideológico-políticos que articulam os rumos da sociedade. Ou seja, a falaciosa suposição de que é possível dimensionar a importância e a complexidade da existência humana, sem qualquer grau de postura política. E a ingênua noção de que não existe essência política no apoliticismo. Como se ele não significasse uma nítida espécie de convivência com o sistema implantado, pela omissão deliberada do pensamento em discutir, com paixão ética os princípios e a finalidade das coisas

do mundo real. Mas esse tempo passado está sob questionamento de um tempo presente, apoiado em reflexões teológicas que dialogam com outras reflexões sociológicas, antropológicas e filosóficas.

A Teologia Pública é mais do que tudo, uma retomada da consciência ética das comunidades de Fé, diante da violência crescente no cotidiano das cidades, do uso discriminador e opressivo da força policial nas periferias, da manipulação das atividades econômicas para favorecer o grande capital, da insensibilidade governamental para com os mergulhados na miséria, enfim, da falência de uma civilização excludente que necessita de boas novas de equidade.

Soares (2011) diz algo importante no contexto de pensar a Teologia Pública. Assim, segundo ele,

[...] é preciso sublinhar – por incrível que pareça - que o discurso teológico é humilde. Ele tem consciência de suas limitações e está atento à sua historicidade. Portanto, trilhar a pesquisa e a reflexão teológicas é missão que se abraça sem deixar de lado o sentido de contingência (não necessidade) de suas declarações, o inevitável pluralismo de seus resultados e a necessidade de mudança em suas formulações (SOARES, 2011, p. 288).

O caminho de uma teologia marcada pelo compromisso social, é envolver o seu discurso humanista com a Polis, onde o bem e o mal são construídos nas instituições socializadoras da condição humana. É da natureza, de uma teologia de transformação social, a busca do espaço público para comunicar o ideal de um mundo melhor. Neste sentido, o contexto cultural é vital para exercícios teológicos . A plausibilidade da teologia depende do entendimento de sua missão local. Uma militância missionária capaz de engendrar instrução civilizadora em meio aos seus desdobramentos litúrgicos, é o que fomenta a Teologia Pública e que é discutido na estrutura da RELEP, na elaboração de uma nova face pentecostal.

O poder da mobilização pentecostal direcionado para transformar o domínio do pecado no indivíduo por meio da Graça ou para desfazer influências oriundas do mundo das trevas (temas hegemônicos na pregação pentecostal), pode e deve também ser direcionado (em uma nova percepção pentecostal) para prover esperança de que fatos conjunturais ou esquemas civilizatórios estruturais não são cristalizações históricas sacralizadas. São construtos humanos, provisórios e perecíveis. Que devem ser aprovados ou desaprovados diante das exigências da ética cristã. Oliveira (2011), um dos líderes da RELEP seção Brasil, expressa esse tipo de consciência no pentecostalismo,

Para que a igreja possa interagir com a sociedade é preciso que ela se mostre ao mundo como uma comunidade com voz profética e propostas práticas que sejam contra a corrente da sociedade consumista e mercadológica. Baseada no amor ao próximo, sacrificial, voluntário, atendendo às necessidades reais daqueles que sequer fazem parte do sistema vigente, a igreja cristã levanta novas propostas em defesa da vida e do bem-estar. Os últimos e os que não são começam a ser lembrados e são assistidos, não só com bens e serviços, mas através de consolo, companhia, solidariedade, defesa dos direitos, alívio e esperança. Para isso será necessário sofrer a *Kenosis* até o fim. *Kenosis* é transformação. Toda *missio Dei* está aí (OLIVEIRA, 2011, p.147).

A missão que o evangelho exige é o anúncio do Kerigma e a práxis da Diakonia. Sher George (2006, p.121), diz: “Quando compreendermos que a transformação e a conversão são, ao mesmo tempo, algo pessoal e social, individual e plural, não há mais debate sobre prioridade da evangelização, compaixão e justiça social são todos imperativos na missão holística de Deus. Deus está continuamente transformando, convertendo e libertando pessoas, paróquias, denominações, comunidades e sociedades. A participação na missão de Deus, ao mesmo tempo, exige e resulta em mudanças na visão de mundo e no estilo de vida, tanto pessoais quanto coletivos” (GEORGE, 2006, p. 121). Em outras palavras, a missão de uma igreja requer um ato integral de transformação da vida. Por meio do amor que resgata. O potencial transformador do evangelho vai muitíssimo além de probabilidades paliativas. Oliveira propõe que,

Teologicamente, o evangelho desafia a pessoa cristã a um envolvimento com a comunidade, da qual a igreja faz parte. Esse indivíduo estabelece relações mútuas de discipulado e serviço com os demais, em um processo de amadurecimento espiritual contínuo. O indivíduo transformado, a pessoa cristã, é também um agente de transformação. Cabe à pessoa cristã estar-com-os-outros e não se configurar como um grupo a parte, indiferente em vez de interessado. O seguir a Jesus implica penetrar na sociedade humana e relacionar-se também com pecadores. O verdadeiro discipulado implica voltar-se decisiva e irrevogavelmente tanto para Deus quanto para o próximo” (OLIVEIRA, 2011, p. 123).

A teologia pública se propõe a ressignificar os caminhos da ética social cristã. Unindo teologia, com as demais ciências humanas, para constituir uma crítica da cultura, sem etnocentrismo, visando um papel de atuação mais responsável por sua abrangência e profundidade, nas conjunturas sociais da presente era. Isto porque,

[...] não há duas histórias, uma profana e outra Sagrada [...], mas um só devir humano assumido irreversivelmente por Cristo, Senhor da história... A história da salvação é a própria entranha da história humana [...]. O devir histórico da humanidade deve ser definitivamente situado no horizonte salvífico. Apenas assim se desenhará seu sentido mais profundo” (GUTIÉRREZ, 1996, p. 245-246),

Como situa Gustavo Gutiérrez, o conjunto das particularidades humanas, na dinâmica de suas variadas inserções precisa ser alvo de uma cognição teológica que tenha valor para

todos e não só para os convictos da fé, assumem os arautos do novo pentecostalismo. Panotto argumenta que :

Neste sentido, as interpretações históricas do dogma, os processos institucionais e eclesiológicos, as reflexões sobre o texto Sagrado, entre outros, possuem a partir de sua própria especificidade um papel público, já que, por um lado, sua construção responde a uma pluralidade de elementos existenciais, históricos e contextuais da comunidade e dos indivíduos crentes. E por outro- de maneira implícita e explicita- partem como respostas a problemáticas, interrogações e acontecimentos contextuais pontuais (PANOTTO, 2015, p. 133).

Elaborações discursivas teológicas, são para o processo histórico e resultantes do processo histórico.

O pentecostalismo não está imune ou alheio a estas questões sensíveis da cristandade contemporânea. Sua presença exuberante no quadro da cultura (pós)moderna é por demais significativa para o debate teologia-espaço público. Se por um lado, existem sinais de problemáticas como alienação da identidade político-social e ignorância da questão história e suas implicações, inclusive quanto ao elemento religioso, na participação pentecostal no mundo, por outro lado, são indiscutíveis os sinais positivos de um engajamento pentecostal marcado por crescente consciência das dimensões de teologia moral inseridas na fé cristã e senso lúcido de comunicação com a cultura global, tanto para corrigir quanto para ser corrigido. E assim avançar consolidando riquezas teóricas e práticas que nascem do diálogo humilde. Sem que, em nenhum momento, seja imperativo transgredir as certezas mais absolutas da fé. Pentecostais continuam pentecostais, no espaço da RELEP e outros fóruns, mas capazes de discutir com bases acadêmicas a religião e dialogar com bom senso a partir dela.

Em artigo *A Força do Pentecostalismo para Transformar a Sociedade: Visão Profética ou Consequência da Perseverança?*”, Moreira (2013), articula o seguinte pensamento:

O pentecostalismo tem demonstrado grande poder para transformar a sociedade. Abrindo espaço às minorias sociais, proporciona sentimento de pertença e empoderamento aos seus participantes. Longe de ser apenas um movimento religioso, demonstrou desde o início ser um movimento com consciência social, preocupando-se, em especial, com a melhoria da qualidade de vida dos menos favorecidos, dando especial atenção à educação, alfabetizando não somente os membros da religião, como à sociedade à sua volta. Com ações afirmativas fundamentadas no amor ao próximo, não importando a origem social, sempre primou por proporcionar uma nova chance a todos àqueles que estivessem dispostos a recomeçar sua vida na presença de Cristo (MOREIRA. In: OLIVEIRA 2013, p.85).

De fato – mais por via do assistencialismo, é verdade – o pentecostalismo tem atuado no sentido de acenar às camadas mais empobrecidas e conseqüentemente excluídas do bem-estar

social, com a evocação de sentimentos de valor próprio e dignidade pessoal, oriundos da percepção teológica de que a humanidade foi feita a Imagem e Semelhança de Deus. Existe aqui uma celebração da dignidade humana que é essencialmente progressista e se coaduna plenamente com os ideais da Teologia Pública. Há um movimento de Teologia Pública em curso no pentecostalismo, formando redes de explicitação e consolidação de imaginários em busca de razão solidária e inclusiva, para efetivar o Reino de Deus.

O futuro do protestantismo no Brasil, passa pelo pentecostalismo e suas relações com as perspectivas da teologia pública. A medida que a população de fé pentecostal cresce, criando maior visibilidade no corpo da república, cresce também os desafios de instrumentalizar essa intensa expressão de religiosidade em direção a criação de mecanismos educativos, artísticos, políticos e teológicos, fomentadores de direitos humanos inalienáveis.

A Teologia Pública é potencializada pela dinâmica pentecostal, ao encontrar comunidades repletas de esperança cristã genuína. E ao mesmo tempo carentes de maior fluxo de cidadania. E potencializa o pentecostalismo, no quadro dessa esperança e no confronto com a realidade social opressora, desencadeando raciocínios norteados por sinalizações de paz, esperança, justiça e liberdade.

Acredita-se que, a fé pentecostal, em harmonia com a teologia pública, resgata princípios do cristianismo, como o amor radical à humanidade, formando a base sólida da fé e da ação cristã. Uma nova reforma pode advir na (re) conciliação de sentimentos/pensamentos que (re) unifiquem a devoção fervorosa ao sagrado com o compromisso de lutar por mudanças progressistas no cosmo da vida cotidiana, em consonância com a ética social dos profetas e apóstolos, como ensinam as teologias de compromisso e transformação social. Tarefa complexa, mas não impossível. Sem visão de teologia pública, o pentecostalismo mergulha em um *ethos* religioso individualista e sectário. Em diálogo com a Teologia Pública, o pentecostalismo torna-se mais promissor na missão de humanizar e transformar a vida em sociedade. Os indícios desse tipo de pensamento teológico no pentecostalismo são relevantes e já provocam debates oportunos sobre o constante dinamismo deste movimento que já é parte da "alma" do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABUMANSUR, E. S.; BARBOSA, C. A.; VALÉRIO, S. P. (orgs.). *Pentecostalismos no Brasil contemporâneo*. - São Paulo: Reflexão, 2016.
- ALENCAR, G. *Assembléias de Deus: Origem, implantação e militância (1911-1946)*. - São Paulo: Arte Editorial, 2010.
- _____. *Matriz pentecostal brasileira: Assembleias de Deus. 1911-2011*. - Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2013.
- ALVES, R. *O que é religião*. - 15ª ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- AUGUSTO, A. Maciel. *Ainda o sagrado selvagem*. Adailton Maciel Augusto (Org.) - São Paulo: Fonte Editorial, 2010.
- BARBOSA, Carlos A.C. *O molde pentecostal*. Carlos Antonio Carneiro Barbosa (Org.). - São Paulo: Reflexão, 2017.
- _____, Carlos A.C. *Práxis pentecostal: um mar com muitas ondas*. Carlos Antonio Carneiro Barbosa (Org.). - São Paulo: Reflexão, 2017.
- BENATTE, A. P.; OLIVA, A. dos Santos. *100 anos de pentecostes: capítulos da história do pentecostalismo no Brasil*. - São Paulo: Fonte Editorial, 2010.
- A BÍBLIA: Bíblia sagrada. Tradução de João Ferreira de Almeida. - São Paulo: SBB, 1969.
- _____. *Bíblia de estudo pentecostal*. Tradução de João Ferreira de Almeida, revista e corrigida. - Rio de Janeiro: CPAD, 1995.
- BERGER, Peter. *O dossel sagrado; elementos para uma teoria sociológica da religião*. – [organização Luiz Roberto Benedetti; tradução José Carlos Barcellos J]. - São Paulo: Ed. Paulinas, 1985. (Coleção sociologia e religião; 2).
- BOFF, L.; BRANDT, D.; LIMA, A. *A experiência do batismo com o Espírito Santo no pentecostalismo*. Teocomunicação, v.45, n.1, p. 72-84. Rio Grande do Sul: 2015.
- BOHN, S.R. *Evangélicos no Brasil: perfil sócio-econômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. Opinião Pública, vol. 10, n.2. Campinas.
- BONINO, J. M. *Rostos do protestantismo latino americano*; tradução Luís Marcos Sander. - Rio Grande do Sul: Sinodal, EST, 2013.
- CAMPOS, Bernardo. *Da reforma protestante à pentecostalidade da igreja*; Tradução de Walter Altmann. – São Leopoldo: Editora Sinodal: Quito: CLAI, 2002.

- CAMPOS, Leonildo Silveira. *O apelo messiânico – milenarista na pregação dos novos pentecostais brasileiros* In: AUGUSTO, Adailton Maciel (Org.). *Ainda o sagrado selvagem: homenagem a Antônio Gouvêa Mendonça*. – São Paulo: Editora Paulinas & Fonte Editorial, 2010.
- CAVALCANTE, Ronaldo. O neofundamentalismo no Brasil e as bases para uma teologia pública protestante In: *Teologia Pública em debate*. Ronaldo Cavalcante e Rudolf Von Sinner (Orgs.). – São Leopoldo: Editora Sinodal, 2011.
- CESAR, W.; SHAULL, R. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs*. - Rio de Janeiro: Editoras Vozes, Sinodal, 1999.
- CESOP. *Sobre o ESEB*. Disponível em: <<https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>>. Acesso em: 16/10/2018).
- Conselho pontifício para a promoção da unidade dos cristãos. *Diálogo Católico-Pentecostal: evangelização, proselitismo e testemunho comum*. – Editora Paulinas, 1999. (Doc. 162).
- CROATTO, J. S. *As linguagens da experiência religiosa*; tradução de Carlos Maria Vásquez Gutiérrez. – 3ª edição São Paulo: Paulinas, 2010.
- CUNHA, Carlos. *Paul Tillich e a teologia pública no Brasil: o contributo do método da correlação de Paul Tillich à epistemologia da teologia pública no Brasil no contexto do pensamento complexo e transdisciplinar*. São Paulo: Editora Garimpo, 2016.
- DIAS, Z. MOTA; RODRIGUES, E; PORTELLA, R. (Orgs.). *Protestantes, evangélicos e (neo) pentecostais*. Zwinglio Mota Dias; Elisa Rodrigues; Rodrigo Portela (Orgs.). - São Paulo: Fonte Editorial, 2014.
- FERNANDES, R.C. *O debate entre sociólogos e o propósito dos pentecostais*. Cadernos do ISER, 6, 1977.
- FRESTON, Paul. *Breve história do pentecostalismo brasileiro* In: ANTONIAZZI, Alberto et al.. *Nem anjos, nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- GEORGE, S. K. *Participantes da graça: parceria na missão de Deus*. - São Leopoldo: Sinodal, CLAI, 2006.
- GUTIÉRREZ, G. *Teología de La liberación*. – Lima: Perspectivas, 1996.
- HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia: entre faticidade e validade*. (tradução: Flávio Beno Siebenneichler). - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 vols.
- JACOBSEN, E; SINNER, R. V., ZWETSCH, R. E. *Teologia Pública: Desafios sociais e culturais*. - São Leopoldo: Editora SINODAL, 2012.

- JUNGES, José Roque. O que a teologia pública traz de novo [Entrevista]. In: *Cadernos IHU em formação: teologia pública*. Ano 2 – Nº 8 – 2006 ISSN 1807-7862. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/formacao/008cadernosihuemformacao.pdf>>. Acesso em 15/10/2018.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. 5ª ed. - São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- _____, Ricardo. *Sociologia do crescimento pentecostal no Brasil: um balanço*. Revista Perspectiva Teológica, Belo Horizonte, ano 43, número 119, p.11-36, jan./abr. 2011.
- _____, Ricardo. *Crescimento Pentecostal no Brasil: fatores internos*. Revista de Estudos da religião, v. 4, 2008.
- McGRATH, A. *A revolução Protestante*. - Brasília: Editora Palavra, 2012.
- MENDONÇA, A. G. *Protestantes, Pentecostais e ecumênicos*. - São Paulo: UMESP, 1997. -
- MARIANO, FILHO, P. V. *Introdução ao protestantismo no Brasil*. - São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MENZIES, R. P. *Pentecostes: essa história é a nossa história*. Rio de Janeiro: CPAD, 2016.
- MOLTMANN, J. *A paixão de Cristo: por uma sociedade sem vítimas*. Cadernos IHU em Formação: Teologia Pública. São Leopoldo, 2006.
- MOREIRA, Cosme Alexandre Ribeiro. *A força do pentecostalismo para transformar a sociedade: visão profética ou consequência da perseverança?* In: *Pentecostalismos e transformação social*. David Mesquiati de Oliveira (Org.). - São Paulo: Fonte Editorial, 2013.
- NIEBHUR, R. *As Origens Sociais das denominações cristãs*. São Paulo: ASTE, 2006.
- NOVAES, Regina. *Os escolhidos de Deus: Pentecostais, trabalhadores e cidadania*. - Rio de Janeiro: Cadernos do ISER, 19, 1985.
- OLIVEIRA, D. M; FERREIRA, I. V; FAJARDO, M. P. *Pentecostalismos em perspectiva*. - São Paulo: Terceira Via edições, 2017.
- _____, D. Mesquiati. *Missão, Cultura e Transformação*. - São Leopoldo: Sinodal, 2011.
- _____, D. Mesquiati. *Pentecostalismo e transformação social*. David Mesquiati de Oliveira (Org.). - São Paulo: Fonte editorial, 2013.
- PANOTTO, N. *Teologia e espaço público: Desafios do pluralismo, da política e da democracia*. - Rio de Janeiro: Editora Novos Diálogos, 2015.

- PASSOS, J. D. *Pentecostais: origens e começo*. - São Paulo: Ed. Paulinas, 2005.
- POMMERENING, C. I. *Pentecostalidade e pentecostalismo: fatores de crescimento associados à oralidade*. Dissertação (Mestrado). Escola Superior de Teologia, p.35-75, RS, 2018.
- ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio-religiosa*. - Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- SANTOS, Roberto dos. *Pentecostalismo*. - São Paulo: Ed. Reflexão, 2015.
- SINNER, Rudolf Von. Teologia pública: um olhar global In: *Teologia Pública em debate*. Ronaldo Cavalcante e Rudolf Von Sinner (Orgs.). – São Leopoldo: Editora Sinodal, 2011.
- SOARES, Afonso M. L. *Teologia Pública*. Afonso Maria Ligório Soares (Org.). - São Paulo: Paulinas, 2011.
- STARK, Rodney; BAINBRIDGE, William Sims. *Uma teoria da religião*. – São Paulo: Editora Paulinas, 2008.
- STACKHOUSE, Max. In: STACKHOUSE, Max; MCCANN, 1995 *apud* KOOPMAN, Nico. *Apontamentos sobre a teologia pública hoje*. *Revista Eletrônica do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo da Escola Superior de Teologia – EST*. Disponível em: <[file:///C:/Users/PC/Downloads/29-287-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/29-287-1-PB%20(2).pdf)>. Acesso em 08/09/2018.
- STACKHOUSE, Max. *A postcommunist manifesto: public theology after the collapse of socialism*. In: STACKHOUSE, Max; MCCANN, Dennis (Eds.). *On moral business: Classical and contemporary resources for ethics in economic life*. Grand Rapids: Eedermans, 1995.
- TADVALD, Marcelo Tadvald. *A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014*. *Debates do NER*, v. 1, n. 27, p. 259-288, 2015.
- TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. *As religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. - Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2006.
- TRACY, D. *A imaginação analógica: A teologia cristã e a cultura do pluralismo*. - São Leopoldo: Unisinos, 2006.
- VALÉRIO, Samuel Pereira. *Pentecostalismos para além das ondas: nova conjuntura de análises a partir das tipologias de Paulo Freston e Ricardo Mariano* In: BARBOSA, Carlos Antonio Carneiro. *Práxis pentecostal: um mar com muitas ondas*. - São Paulo: Editora Reflexão, 2017.